



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 100

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 2013

ANO II

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS.....	1609
SECRETARIA GERAL	1617

TAQUIGRAFIA

ATA DA 09ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DE QUESTÕES INDÍGENAS

Em 25 de junho de 2013

Presidência do Sr.

Claudio Carvalho - Deputado

Mestre de Cerimônia o Sr.

Lenilson Guedes

(Às 10 horas e 3 minutos é aberta a Audiência Pública)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Senhoras e Senhores, bom dia!

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia atendendo o Requerimento do Excelentíssimo Deputado Estadual Cláudio Carvalho, realiza Audiência Pública para debater sobre as questões indígenas, dentre elas, a Educação Indígena e outros assuntos correspondentes no âmbito do Estado de Rondônia.

Nós convidamos para compor a Mesa o Exmo. Senhor Deputado, Cláudio Carvalho. Já se encontra à Mesa, ele que é proponente desta Audiência Pública; o Exmo. Senhor, Doutor Raphael Beviláqua, Procurador da República do Ministério Público Federal; o Excelentíssimo senhor Vereador Arão Aroran, Vereador da Câmara Municipal e Guajará-Mirim; o senhor Volmir Bolvaresco, Coordenador do Conselho Indianista Missionário CIMI em Rondônia; Senhor Wellington Tinhawahnba, Presidente da Comissão Nacional Política Indianista – CNPI, Gavião em Ji-Paraná. Senhor Antenor

da Etnia Karitiana, Presidente da Comissão das Organizações Indígenas do Estado de Rondônia e a senhora Jandira Keppi, Coordenadora do COMIN – Conselho de Missão Indigenista. Convidamos a senhora Emília Atline, Membro do CINI – Conselho Indianista Missionário...

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, com objetivo de discutir questões indígenas no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Convidamos a todos para de pé ouvirmos o Hino Céus de Rondônia.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Bom dia a todos os companheiros. Cumprimento a Mesa, em nome do Exmº. Senhor Dr. Raphael, neste ato, Procurador da República do Ministério Público Federal, obrigado pela presença. Cumprimento o Exmº. Sr. Vereador Arão. Cumprimento o Sr. Wellington, Presidente da Comissão Nacional de Políticas Indígenas da Gavião de Ji-Paraná. Cumprimento o senhor Antenor Karitiana, Presidente da Comissão das Organizações Indígenas do Estado de Rondônia. Cumprimento a senhora Jandira Keppi, Coordenadora da COMIN – Conselho de Missão Indígena. Quero cumprimentar e agradecer a presença da senhora Emília, Membro do CINI – Conselho Indígena Missionário.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Ok. Senhor Deputado, Cláudio Carvalho, que preside esta Audiência Pública, registramos as presenças dos Excelentíssimos senhores Deputados Adelino Follador, Zequinha Araújo. Registramos também a Excelentíssima senhora Deputada Epifânia Barbosa, a qual enviou Memorando ao Gabinete da Presidência justificando sua ausência nesta Audiência Pública: “Ao cumprimentá-lo com elevada honra, é que me dirijo a Vossa Excelência para justificar a minha ausência nesta Audiência Pública visando discutir questões indígenas que será realizada, hoje 25 de junho de 2013, em virtude de estar

MESA DIRETORA

Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Vice-Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**

2º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**

2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**

3º Secretário: **MARCELINO TENÓRIO**

4º Secretário: **VALDIVINO TUCURA**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**

Chefe da Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

cumprindo com agenda anteriormente pactuada no Município de Governador Jorge Teixeira, onde irei palestrar na Conferência de Educação. Gostaria, também, de convidar a todos os presentes no evento supracitado a participar de Audiência Pública que será como Matéria de discussão o acesso e permanência dos alunos em idade irregular no Ensino Médio, será realizado às 9 horas do dia 02 de Julho no Plenário de deliberações desta Casa. Sem mais para o momento, atentamente, Epifânia Barbosa, Partido dos Trabalhadores Estadual”.

Registramos e agradecemos a presença da senhora Maria José Gomes, representando o Núcleo de Ensino Rural do Município de Porto Velho; senhor Milton Oro Não, Coordenador da Organização Oro Wari. Senhor Antônio Purubora, Conselheiro de Educação Indígena; Senhor José Augusto Canoé, Cacique da Terra Indígena Rio Guaporé; Senhor Gaomi Anine, Cacique da Etnia Suruí em Cacoal; Senhor Victor de Jesus, representando a Secretaria de Ação Social – SEAS. Senhor Delson Konsaupe, Coordenador Geral da Organização Indígena Panderei; Senhor Zacarias Kapiar, Presidente da Organização dos Professores Indígenas do Estado de Rondônia Noroeste e Mato Grosso Opiron; Senhora Sally Telles, representando o SEBRAE, Rondônia; Senhora Cristiane Alaíde, representando a SOPH – Sociedade Portos; Senhoras e senhores Membros da Comunidade Canindé, senhores Índios de Etnia Cinta Larga de Espigão D´Oeste, Cacoal, Ji-Paraná, Guajará-Mirim e Porto Velho; Excelentíssimos senhores Levi Tavares, Paulo Sérgio da Câmara Municipal de Castanheiras.

Senhoras e senhores, a Presidência deste trabalho é de Sua Excelência Deputado Cláudio Carvalho, que irá neste momento tecer alguns comentários sobre o objetivo desta Audiência Pública e, logo após, ele convidará os componentes da Mesa a fazer uso da palavra e também aquelas pessoas que se encontram aqui, no Plenário, inscritas possam fazer uso da palavra.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Bom dia a todos da galeria. Quero cumprimentar o assessor do Deputado Anselmo de Jesus, Carlindo Lima e convido para se assim quiser, sentar mais próximo da gente aqui, o Deputado Anselmo tem um trabalho também voltado nessa questão dos indígenas, tanto ele como o Deputado Federal Padre Ton também. Portanto, convido se o Carlindo assim quiser, sentar mais próximo da gente caso queira fazer alguma intervenção. Cumprimento o Sr. Ourides, em nome do Sr. Ourides, o Geraldão, cumprimento a minha assessoria. Cumprimento o Antônio Ferreira da Executiva Estadual do meu Partido, e em nome dessas pessoas cumprimento todos que aqui estão. Cumprimento a imprensa aqui presente, os servidores da Casa. Eu tive a ideia de fazer essa Audiência Pública... eu fui convidado para participar de uma Audiência Pública ou era um Congresso, não me recordo, lá no Teatro Banzeiro, me parece que puxado até pelo Ministério Público Federal, quem estava coordenando aquela reunião. Eu tinha um compromisso no interior do Estado, não pude ficar ao longo de toda a discussão que foi feita no Teatro Banzeiro acerca desse tema, das questões indígenas, sobretudo, a educação e a saúde que é o que mais tem trazido, segundo as nossas lideranças indígenas, problemas para essa área. Lá foi proposta essa audiência pública aqui na Assembleia Legislativa. Coloquei-me a disposição para fazer o requerimento, em seguida recebi uma Comissão de Indígenas em meu gabinete, onde nós tivemos essa parceria para elaborar o

requerimento. O requerimento foi aprovado por esta Casa e hoje nós estamos aqui para realizar essa audiência Pública.

Cumprimento e agradeço a presença do Deputado Zequinha que aqui está, o Deputado Zequinha Araújo; o Deputado Adelino Follador; vi agora a pouco... cadê o Deputado Adelino? O Deputado Adelino sempre está em todas as Sessões, mas deve ter dado uma saidinha, mas deve está voltando. Eu não tenho dúvida que a presença dos Parlamentares vai ajudar a colaborar para que possamos compreender melhor os problemas dos indígenas levantados aqui pelas lideranças, muito embora tenhamos um número de pessoas que não tão grande... mas essas lideranças que aqui estão tem essa missão hoje, de passar para esta Casa de Leis onde tudo está sendo gravado, filmado os problemas que os indígenas de Rondônia tem sofrido, sobretudo, na educação. Foi lá no Teatro Banzeiro onde ouvi os maiores relatos sobre os problemas da educação indígena. Por isso nós vamos iniciar, aqui, agora, ouvindo as nossas autoridades da Mesa e depois nós vamos abrir para as pessoas que estão aqui, tanto aqui no Plenário como ali nas galerias, que queiram fazer uso da palavra para colaborar com esse processo de entendimento e construção de um projeto que venha atender as necessidades dos indígenas do Estado de Rondônia.

Eu já convido para fazer uso da palavra. Convidamos a Sra. Jandira Keppi, Coordenadora da Comissão, do COMIN/RO para que possa fazer uso da palavra nessa abertura dessas falas.

A SRA. JANDIRA KEPPI – Exmº. Sr. Deputado Cláudio Carvalho; Excelentíssimos Senhores Deputados Adelino Follador e Zequinha Araújo; Excelentíssimos Senhores Caciques e demais lideranças indígenas aqui presentes. Caros companheiros e companheiras desta Plenária; Excelentíssimo Sr. Raphael Beviláqua, Procurador da República, representante da 6ª Câmara de Porto Velho.

Inicialmente eu queria parabenizar esta Casa por abrir as portas para poder discutir assuntos indígenas, assuntos tão relevantes, especialmente neste momento numa situação tão ruim, tão desfavorável aos povos indígenas por esse Brasil, especialmente no Congresso Nacional onde hoje há muitas ameaças legislativas que ferem direitos indígenas. Lembramos também da questão da territorialidade indígena também ameaçada por propostas de emendas constitucionais e por iniciativas de alguns Parlamentares em nível federal de tentar desqualificar o trabalho da FUNAI referente à demarcação de terras indígenas.

São tantos assuntos que devem ser discutidos, mas eu quero só levantar a questão da educação escolar indígena, me parece que é um dos temas mais específico desta audiência. O Estado de Rondônia, assim como todos os Estados são os responsáveis pela execução da educação escolar indígena. No ano de 2010, foi aprovado por esta Casa, a Lei nº 578, que cria o Cargo de Magistério Indígena e o Quadro Administrativo para as escolas indígenas, um trabalho, uma proposta que saiu dos povos indígenas com acompanhamento da Procuradoria da República, na pessoa da Dra. Luciana; do Dr. Paulo Cury, que hoje é Conselheiro do Tribunal de Contas, e de todas as lideranças e professores indígenas e seus aliados. Uma lei muito... que foi muito participativa e que reflete em boa parte a realidade e a ansiedade dos povos indígenas em relação a educação escolar indígena. Previa nessa lei o concurso público específico para professores indígenas e o quadro administrativo das escolas indígenas. Infelizmente, me

parece, não sei se estou certa, mas não há nenhuma representação da Secretaria de Educação aqui, seria uma das responsáveis para responder porque essa lei ainda não foi efetivada. Por que o concurso público para professores indígenas que hoje ainda continuam sendo contratados de forma emergencial e ainda não há quadro nas escolas administrativo indígenas, os professores exercem o papel de professor, de merendeiro, de zelador, de secretária. Enfim, várias funções numa pessoa só por falta de quadro administrativo.

Então, a execução dessa lei é urgente. Senhores Deputados, uma lei que foi aprovada nesta Casa e ainda não foi cumprida.... Então, nesse sentido, eu queria dizer que talvez, vocês pudessem intermediar junto a Secretaria de Educação para que saia de fato o concurso público para professores e para o quadro administrativo.

Muito obrigada.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado Sra. Jandira.

Convidamos para fazer uso da palavra a Sra. Emília, membro do Conselho Indigenista Missionário da CINI.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Sr. Presidente, desta Audiência Pública, Deputado Cláudio, na caminhada da próxima oradora, gostaria de cumprimentar o Ilmo. Sr. Vereador José Ribamar Inácio Teixeira, da Câmara Municipal de Nova Mamoré.

A SRA. EMÍLIA ATLINE – O meu bom dia e nessa saudação eu quero saudar os caciques aqui presentes e suas lideranças. Agradecer ao Deputado Cláudio por proporcionar esse momento e fazer a referência também ao Raphael, do Ministério Público Federal, um grande aliado das questões indígenas e todos os que se fazem presentes da sociedade civil e entidades governamentais e não governamentais e entidades indigenistas.

Eu aproveito este momento para dizer o seguinte: é o momento que marca a história dos povos indígenas no Estado de Rondônia, das suas lutas e suas reivindicações e dizer que tratar de políticas públicas de maneira especial da educação e da saúde que são direitos não só dos povos indígenas, mas dos povos indígenas e de todo o cidadão. Quero dizer que não podemos deixar de dizer de que a base das políticas públicas responder aos direitos dos povos indígenas é a demarcação e a devolução dos territórios a esses povos. A terra está na mão muitas vezes de quem não reconhece os direitos das populações tradicionais. É preciso que a educação escolar indígena abrace o território como forma fundamental de ter a formação com qualidade de respeito e valorização aos povos indígenas. Sem território não dá para discutir saúde e educação. Então neste momento de abertura, o Conselho Indigenista Missionário, reafirma que as Políticas Públicas parte da definição de que esta Casa responde pela sociedade civil, na legislação da Sociedade Civil. Nesta Casa aonde os que compõem e fazem as suas propostas, tem que ser a base, e tem que ser a partir da base dos que compõem a Sociedade Civil. Voltar às bases, é voltar com o respeito aos direitos que cada cidadão brasileiro tem a partir dos cidadãos das populações tradicionais e das populações originárias desse nosso Estado e de nosso país. Estar hoje aqui inicia-se ou reafirma-se uma responsabilidade desta Casa de abrir o diálogo dos povos indígenas. Nesse nosso país o diálogo

com a sociedade civil organizada está atrofiada, está parado. E quando não tem diálogo o que se discute nesta Casa não se discute a partir da base, e isso fere os Direitos Humanos. Então é preciso que a partir desta Casa no Estado de Rondônia, o diálogo seja aberto aos povos indígenas. E que juntos nós vamos encontrar soluções para resolver todos os problemas e dar direito a quem é de direito. E eu tenho certeza que esta manhã nós vamos discutir muito, refletir juntos e vamos sair daqui com encaminhamento que nos anime, nos fortalece, nos una e nos faça sempre mais comprometido com as causas sociais e com os Direitos Humanos.

Obrigada.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado Senhora Emília.

Agora eu convido para fazer o uso da palavra o senhor Wellington, Presidente da Comissão Nacional de Política Indigenista da Gavião de Ji-Paraná.

Tive a oportunidade de lá em Ji-Paraná... estava em um hotel em Ji-Paraná fazendo uma caminhada no interior do Estado. E a Jô, uma professora colega nossa, levou o Wellington para que tivéssemos uma conversa a qual também foi um dos motivos para que a gente fizesse o requerimento, através dessa conversa que nós tivemos lá em Ji-Paraná. Por isso eu agradeço, e gostaria que o senhor colocasse de forma muito clara, os problemas que os indigenistas têm encontrado, principalmente, na área da educação no Estado. Já foi colocado agora pouco tanto pela senhora Emília como pela Jandira, essa questão da educação. Foi convidada a Secretaria de Educação do Estado, a SEDUC, infelizmente não está aqui presente. Isso é algo que nos deixa triste, eu acho que era o momento ideal para que a Secretária de Educação tivesse aqui para ouvir, dizer os problemas que têm enfrentado para cumprir essa legislação que tem aí, Deputado Zequinha, mas infelizmente a maioria das Secretarias do Estado... Foram convidadas todas, têm dois representantes aqui de Secretarias, e parece que da SEAS e das outras Secretarias. A Secretaria de Educação que tem mais haver com a problemática de hoje, pelo menos até agora não apareceu ninguém que pudesse estar ouvindo e depois sentar com os Deputados, com as lideranças indígenas para saber o que fazer. Lamentamos a ausência do Governo do Estado aqui nesta Audiência Pública. Passo a palavra ao Wellington para que possa de forma clara colocar a problemática aí dos indígenas no Estado de **Rondônia**.

O SR. WELLINGTON TINHAWAHNBA – Obrigado, bom dia parentes, lideranças indígenas. Eu queria agradecer muito Deputado Cláudio por essa audiência. Você com certeza ouviu as lideranças indígenas para que convocasse essa Audiência Pública para tratar, especificamente da educação escolar indígena. Mas aproveitando esse momento, com certeza, vamos querer deixar recado para esta Casa. Como sempre é falado que esta Casa é do Povo, então devido isso, com certeza, eu quero deixar, reforçar a fala da companheira Jandira e da Emília, referente a essa conjuntura da política atual que nós vivemos com essa precariedade, através dela. E agradecer a Jandira; agradecer a presença do companheiro Antenor Karitiana; agradeço a presença do Arão que é o nosso Vereador Indígena, do Município de Guajará-Mirim. E com certeza agradeço o senhor que tem convocado essa Audiência Pública, Deputado Cláudio; agradeço o Procurador Rafael, também que está presente, Emília, e demais lideranças

que estão aqui. Apesar de que tem número menor, sempre queremos considerar esse pequeno número da liderança como uma comissão que tem coragem, que tem qualidade de discutir o tema que é atingido o direito deles. E também agradecer a presença do CANINDÉ, é uma entidade parceira também, estão aí, e demais presentes nesse momento nesse espaço. Lembrando também que o Deputado Cláudio, cada um de vocês que estão presentes aqui, e sempre a gente é recebido pelo menos por dois Deputados. Essa é uma questão que para mim é chato, uma Casa de Parlamento Estadual, onde deveria estar recebendo lideranças indígenas, que são as principais pessoas, são origens deste Estado Brasileiro, com certeza. Então eu quero criticar com certeza e com razão, a falta da presença de Parlamentares Estaduais. Somos recebidos, às lideranças indígenas todo o tempo que vêm convocando audiência pública aqui nesta Casa, somos recebidos por uma pessoa, principalmente pela pessoa que convocou, puxou essa convocação dessa Audiência. Isso é uma falta de respeito por parte dessas autoridades do Estado. Eu tenho certeza que só no momento que fazem a campanha, buscam voto do índio, só naquele momento índio é considerado um cidadão visível perante essa conjuntura política Estadual. Então, eu acho que isso é uma questão que temos que debater, como esse Parlamento Estadual pode se aproximar, ter a sensibilidade pela causa indígena do Estado de Rondônia. Não é a primeira vez que a gente chega aqui e é recebido pela principal pessoa que convocou a audiência pública. Isso demonstra que o Parlamento estadual, municipal, nacional, está despreparado, desqualificado para construir uma política que possa atender a sociedade, não indígena e a sociedade indígena.

Quero também, lembrando um pouco essa mobilização que está acontecendo e solidarizar com o povo brasileiro que está se mobilizando devido esta atual política que não atende, não tem o seu preparo, não tem seu plano de governo para atender a necessidade e a demanda dos povos brasileiro desse país. Então eu quero focar essa preocupação referente essa política.

O tema com certeza é educação escolar indígena, como a Jandira e a Emília falou, e com certeza refletindo um pouco o processo da educação escolar indígena no Estado de Rondônia. Já tem praticamente quase vinte e poucos anos que o Estado é responsável pela execução dessa educação escolar indígena do Estado de Rondônia. Com certeza se o Estado cumprisse a legislação que ampara o direito da educação escolar indígena dos povos indígenas, com certeza já teria avançado como eu acabei de falar, se o governo tivesse plano para atender a demanda dos povos indígenas, como também o povo não indígena, cada área já seria avançado para atender a demanda tanto na educação, como na saúde, na segurança pública e nos demais direitos que o cidadão brasileiro tem. Se assim fosse com certeza, a educação escolar indígena já teria avançado 100% e também teria qualidade para atender a demanda dos povos indígenas.

Como foi falado pela Jandira, a 578 que esta Casa aprovou no dia 02 de junho, de 2010, com certeza já completaram 04 anos esse mês de junho desse ano e até o momento não foi executado, não foi colocada em prática para atender a demanda que foi colocada dentro dessa legislação. Essa lei que já está aprovada que até o momento o Estado não colocou na prática, não aplicou conforme estabelecidos os prazos e também a demanda que poderia ser atendida por essa lei aprovada, que é o concurso

público específico que nós estamos batalhando para que o Estado possa executar essa lei.

Também quero colocar o projeto que oferece a formação continuada dos professores indígenas do Estado de Rondônia que é o AÇAÍ II, que oferece a formação da segunda turma dos professores indígenas do Estado de Rondônia. Tem um ano que os professores indígenas estão esperando essa formação acontecer, mas até agora o Estado não se preocupou para oferecer a formação continuada dos professores do Estado de Rondônia, que são cento e poucos professores, 137 professores, parece, do Estado de Rondônia e com certeza, Deputado Cláudio, essa convocação foi para tratarmos essa questão, apesar de que a Secretária representando o Governo não está aqui para ouvir a gente, para encaminharmos essa proposta para que seja viabilizada o mais rápido possível, essa formação continuada também.

Quanto a questão da implantação do Ensino Médio, já tem quase mil alunos indígenas esperando essa implantação do Ensino Médio nas aldeias e até o momento o Estado de Rondônia não se preocupou para implantar, oferecer o Ensino Médio para nossas crianças nas aldeias do Estado de Rondônia. Essa é uma ação preocupante para nós nesse momento. Também a maioria das escolas indígenas com certeza ainda não é regulamentado o seu funcionamento em cada aldeia no Estado de Rondônia, essa também é uma pauta que a gente trouxe para discutir para que o Estado possa tomar providência o mais rápido possível, porque nenhuma estrutura, nenhum departamento qualquer, pode ser criado e não pode funcionar ilegalmente e não é reconhecido. Então eu acho que é o momento de cobrarmos o Estado de Rondônia para que seja realmente tomada providência para regulamentar o funcionamento das escolas indígenas no Estado de Rondônia. Também quero colocar quanto a questão da reestruturação dos núcleos que atendam a demanda da educação escolar indígena em cada localidade, em cada município aqui no Estado de Rondônia.

Cada núcleo que atende a demanda da escola indígena, da educação escolar indígena se encontra com em precariedade, mal oferece 100% do atendimento da educação escolar indígena pela falta de estrutura física adequada tanto na cidade, como também nas aldeias. Falta profissionais para atender a demanda da educação escolar indígena. Então é o momento da gente cobrar o Governo do Estado de Rondônia e também a Secretária, que são responsáveis pelas ações e a política administrativa da educação escolar tanto do índio, como do não indígena.

Outra questão que foi lembrada pela companheira Emília, foi referente a política do Estado. Em nenhum momento a gente vê uma política pública que possa atender e oferecer, não só na área de educação, porque nós também somos cidadãos que votamos, tanto para o vereador, prefeito, para governador, para deputado estadual. Portanto nós queremos ser contemplados dentro da política do Estado para que nós nos tornemos... também as pessoas possam usufruir algum benefício no Estado de Rondônia. Nós não podemos ser apenas cidadãos no momento de votarmos em algum político, nós queremos ser vistos como cidadãos que estão contemplados, inseridos dentro da política pública do Estado de Rondônia, não só no momento de votar. Então como eu falei, aqui nesta Casa, só está o companheiro Cláudio, Deputado; que convocou esta audiência pública. Eu queria que pelo menos a metade dos Deputados estivessem presentes para ouvir a gente. Essa é uma questão preocupante para mim,

porque nós queremos ser inseridos dentro da política do Estado de Rondônia para que nós possamos ter atendimento de qualidade de um projeto que possa fortalecer a agricultura familiar indígena para que nós possamos ter um étnico desenvolvimento sustentável, econômico, de qualidade, não só apenas, ser um eleitor durante a campanha, durante a eleição. Então esse momento, companheiros, eu queria que fosse realmente visto os povos indígenas como cidadão eleitor e inseridos dentro de uma política pública do Estado de Rondônia. Criar uma Secretaria que possa ter um orçamento próprio para atender a demanda e desenvolver o que eu acabei de falar agora que é o étnico desenvolvimento sustentável, econômico para a população indígena do Estado de Rondônia. Essa proposta foi encaminhada tanto verbalmente como também através de documento para o Governo do Estado e até o momento não foi dada resposta a esse encaminhamento que já foi feito várias vezes. Essa da educação escolar indígena, nós vamos deixar a cópia do documento que já foi encaminhado para a Secretaria, para o Governo do Estado, para dar mais andamento, porque nós não podemos só chegar numa audiência pública e discutir e não ter nada. Queremos uma resposta concreta desta Casa, porque ainda nós temos esperança, Cláudio, que esta Casa se torne uma Casa de Lei tanto de construção, como de aplicação, de execução dessa lei que com certeza garante nosso direito originário dentro da sociedade, perante a política do governo brasileiro. Então eu acho que isso é importante. Mas ainda nós temos esperança que esta Casa se torne uma Casa do povo, um espaço para se discutir o interesse e o direito dos povos indígenas, como também do povo não indígena. Não apenas um espaço fechado aonde é construído uma política, política muitas vezes que não é tão favorável à sociedade, ao interesse da sociedade, ao direito coletivo dos povos brasileiros. Então eu acho que isso é importante.

Ontem eu estava até assistindo a fala da mãe de vocês, a irmã de vocês que é a Dilma, uma mulher que a gente esperava que fosse mudar a visão política desses políticos que vêm atuando por décadas e décadas no Congresso Nacional. Mas como nós estamos vendo, a política dela, com certeza, piorou a política no cenário nacional e juntou, nesse momento está reunido também com vários governadores de cada Estado, para atender a opinião pública. Com certeza é um alerta que o povo fez essas duas semanas. Isso, com certeza, está alertando o governo brasileiro de como é que pode ser tratado o direito de qualquer cidadão brasileiro. Eu fico envergonhado com isso. Quando vi uma reportagem, a fala dela, ontem, que tem que construir um plano do governo baseado no que o povo está se manifestando. Isso já era para ter sido feito há muito tempo. Por isso que muitas vezes a gente critica a política do Parlamento brasileiro porque nem todos são preparados para assumir o cargo público, não sabem ouvir o povo e querem decidir, determinar umas coisas que são de interesse público. Os interesses da sociedade são construídas por minorias, por grupos. Isso é uma questão que eu quero deixar como mensagem para vocês. Então, encaminhando, reforçando a fala da Dr.^a Jandira, Deputado Cláudio, eu tenho certeza que esse espaço eu quero aproveitar bastante. E tocando um pouco referente a esse manifesto que está acontecendo no Brasil inteiro e também fora do Brasil, essa insatisfação do povo com essa conjuntura política do Parlamento brasileiro, e nós, povos indígenas, vimos sofrendo desde o tempo que foi invadido o Brasil, até diminuir um pouco, vamos dizer assim, minimizar um pouco o massacre, a

violação dos direitos dos povos indígenas. Nós tínhamos acreditado que nós tínhamos vencido desde o tempo que, o ano de 88 quando a Constituição Federal foi aprovada pelo Parlamento brasileiro, a Assembleia Constituinte e nós ainda tínhamos esperança. Nós estávamos acreditando que nós íamos acabar com essa violação e o massacre dos povos indígenas, através da Constituição Federal. Mas não, nós estamos vendo que essa atual política do governo federal trouxe uma desvantagem e também vem revivendo a política da ditadura militar. Eu não sei se vocês acompanham a política que o governo federal executa em cima do interesse da comunidade dos povos indígenas e dos não indígena, aonde a gente reflete que ainda tem a semente deixada pela ditadura militar. A pessoa que sofreu durante a política da ditadura militar, que a principal pessoa, a Presidente da República Dilma, em vez de inverter, mostrar que ela tem capacidade para governar o Brasil, o povo brasileiro, ela acaba ferindo, violando o direito de cada um de nós. Essa é uma questão que temos que refletir um pouco, durante esse encontro que foi convocado pela Assembleia Legislativa. Aqui está o resultado dessas ações promovidas e executadas pela conjuntura atual do governo, que é o Projeto de Lei da Mineração nas terras indígenas, que é nº 1.610, desde 96 até 2010, está tramitando no Congresso para regulamentar a exploração mineral nas terras indígenas. E aqui está a Portaria 303, que teve um grande impacto no direito dos povos indígenas no Brasil, que foi publicado dia 16 de julho de 2010, pelo AGU aonde tira todos os direitos originário, constitucional dos povos indígenas, que a Constituição brasileira garante. E aqui tem a PEC 215 que também vem querendo alterar a Constituição 231 que garante a demarcação das terras indígenas no Brasil. Recentemente também saiu um Projeto de Lei que quer regulamentar o arrendamento das terras indígenas, para criar veados também, outras atividades da agricultura nas terras indígenas. É uma questão que a gente vê que ainda tem um fruto da semente da serpente branca que vem violando o direito dos povos indígenas que é a política da ditadura militar. Enquanto que aqui, parentes, companheiros, algum Deputado que está aí presente, isso aqui nós temos que valorizar. Aqui está a Lei que garante a demarcação das terras indígenas, direito originário, uso e fruto exclusivo dos povos indígenas, das riquezas naturais da terra deles e também a educação escolar indígena é garantido aqui e queremos que seja respeitado, usado de forma legal, respeitando o direito de cada um de nós. Essa bíblia sagrada da terra nós temos que começar a respeitar e aplicar conforme é estabelecido na Constituição Federal, referendando o direito dos povos indígenas. Era somente isso que eu queria deixar claro, é o meu recado para cada um de vocês. Obrigado, Deputado Cláudio, por esta oportunidade que me deu.

Obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado companheiro Wellington.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Sr. Presidente Deputado Cláudio Carvalho... cumprimento o Deputado Ribamar Araújo que está aqui conosco, e também o Dr. Ezequiel Roque, advogado representando a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Rondônia, ele que é da Comissão de Direitos Humanos.

Pedimos aos próximos oradores que sejam objetivos nas declarações, haja vista muitas pessoas ainda inscritas para falar.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Agradeço a presença do Dr. Ezequiel da Comissão de Direitos Humanos da OAB, a conversa nós tivemos no Teatro Banzeiros, falei no início, o senhor ainda não estava. Essa audiência é fruto do início daquela conversa, esperamos que a gente continue nesse diálogo para que a gente possa continuar discutindo esse assunto tão importante para os indígenas de Rondônia.

Quero cumprimentar o meu companheiro Deputado Ribamar Araújo, chegou agora, Ribamar não falta às Sessões, sempre está presente. Obrigado pela presença Deputado Ribamar; o Deputado Zequinha Araújo já estava conosco desde o início.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Antenor da etnia Karitiana, Presidente da Comissão das Organizações Indígenas do Estado de Rondônia. Gostaria que os oradores aqui da Mesa, das entidades, se tiver número referente aos indígenas, quantas pessoas indígenas no Estado, de alunos, professores, se alguém de vocês tiver esses números seria interessante ser colocado para que possamos ter uma compreensão melhor. Se os que vão falar não tiver, mas depois abriremos um espaço para os que já falaram se tiverem esses números... seria importante termos esses números aí, eu não tenho dúvida que essas entidades que aqui estão tenham conhecimento pleno e muito maior que o poder público, por isso gostaria de ouvir de vocês se tiverem esses números de todas as questões indígenas. Seria interessante colocar nesta audiência pública.

Com a palavra o companheiro Antenor.

O SR. ANTENOR KARITIANA – Bom dia. Sejam bem-vindos aos indígenas também. Queria parabenizar o Deputado Cláudio Carvalho, e dizer que nós tivemos contato com o gabinete do Deputado Ribamar Araújo também sobre a audiência pública, também com o Deputado Zequinha Araújo, também pedimos para que ele comparecesse a reunião, está aqui conosco, e o nosso Ministério Público Federal que é o Dr. Raphael recente assumindo dentro do Ministério Público sobre questão indígena. Eu acho, tenho certeza, que ele está há muito tempo aqui no Estado de Rondônia, conhece também a realidade dos povos indígenas do Estado de Rondônia; aos outros mais quero agradecer a presença, aos povos indígenas, senhor Presidente, são poucos, mas não é por falta de interesse, é por falta de recurso, porque os povos indígenas moram muito distante da cidade, precisam de dinheiro, precisam de combustível, precisam de viatura para trazer os povos para reivindicar. Isso custa muito caro, e nós viemos para cá por conta própria, pela nossa própria vontade, porque é a questão dos povos indígenas.

Bom, eu não queria deixar sem falar o ponto principal. Para mim a fonte da vida é a terra, é dela que saem várias coisas. Eu fiquei muito indignado com o que está acontecendo com o nosso Brasil. Os agricultores, os fazendeiros, estão fazendo manifestação em todo Estado brasileiro contra a demarcação dos povos indígenas, isso para mim é o fim dos povos indígenas, estão pedindo extinção dos povos indígenas, extermínio dos povos indígenas. É um desrespeito total com os povos indígenas o que está acontecendo no nosso país. Neste momento a coordenação do PT, o governo do PT, de quem mais os povos esperavam para melhorar a situação dos povos indígenas e está acontecendo o

pior para os povos indígenas. Quando fala em terras indígenas a gente está falando da saúde e educação. Se não me engano, aqui estão os nossos parceiros que trabalham com a gente... as terras indígenas do Estado de Rondônia demarcadas, 28 terras indígenas estão demarcadas, 54 povos indígenas existem aqui no Estado de Rondônia, sem falar dos índios que estão sem contato, e nem a metade dos povos indígenas tem a terra demarcada e nós estamos vivendo no nosso Estado do Brasil só com os problemas e sem falar sobre assistência, de como está a situação dos povos indígenas em cada aldeia, como os índios estão vivendo, então vivendo no meio da guerra, o fogo cruzado, direito violado, todo mundo querendo acabar com os povos indígenas, isso é o que está acontecendo. Quando se fala da educação, como os companheiros falaram, não vou repetir isso, mas creio que é necessário regularizar a educação indígena em todas as terras indígenas. Porque a gente quer concurso público imediato porque não temos merendeira, não temos profissionais de educação dentro das escolas. Quem está fazendo merenda são os professores e os alunos. Sr. Deputado, o senhor ouviu a nossa reivindicação, viemos aqui reclamar da nossa Secretária de Educação que até hoje falam que nós não representamos os povos indígenas, queremos ver quem é o povo indígena que eles estão falando. Eu sempre trabalhei com a questão indígena, há muitos anos, sempre defendi o direito dos povos indígenas, sempre trabalhei com os povos indígenas do Estado de Rondônia. Eu estou com dois anos eleito presidente do meu povo, Presidente da Associação Karitiana, mas sempre trabalhei com os povos indígenas. A cara que a gente ver na liderança é o mesmo aonde... por isso que eu estou perguntando, quem são os índios dela? Quais são os índios? porque ele fala que a gente não representa os povos indígenas.

Queremos também falar com os Parlamentares, convocar uma reunião com o Governador e com os povos indígenas, queremos colocar o nosso representante dos povos indígenas, e falar que ele tem representante dos povos indígenas aqui. O Governo tem a gente como liderança indígena, como representante do movimento, e como nós somos do movimento indígena nós não conhecemos essa liderança dele, é por isso que eu queria que os deputados estaduais convocassem uma reunião. Já faz muito tempo que nós estamos pedindo uma reunião com lideranças indígenas do Estado de Rondônia e até agora não foi convocada essa reunião. Isso para mim é o ponto principal para discutirmos com ele diretamente. Eu não sei se é ele que está discriminando os povos indígenas ou os secretários. Então nós queremos ouvir da boca dele o que ele tem a falar sobre a questão indígena. Gostaria de falar diretamente para o Dr. Rafael, já faz muito tempo que nós estamos fazendo documentos e documentos sobre o Projeto, os grandes Projetos que violam os direitos dos povos indígenas, como o PCH, o que está acontecendo no Tabajara. Os direitos dos povos indígenas não estão sendo respeitados, não estão sendo respeitados. Não sei se ainda representa o companheiro Carlindo, nos conhecemos há muito tempo. Fomos criados juntos dentro do movimento, não sei se ele ainda é do INCRA. Aqui não tem pessoas do IBAMA, não sei se tem do IBAMA. Os povos indígenas, eu estou dizendo isso, porque eu acompanhei, eu estou vendo a política do branco: é valorizado a Arara, a Onça, a Cobra. Isso tudo vale muito mais do que os direitos dos povos indígenas. Hoje é proibido matar arara, proibido matar onça, e quando mata o Índio, quando roubam o Índio, quando entra invasão nas terras dos índios, ninguém faz

nada Senhor Procurador. Nós não recebemos nenhuma indenização contra a invasão do nosso território, da destruição da nossa terra. E até agora eu não sei quem está recebendo isso. Não sei se a FUNAI pode responder isso, a FUNAI está recebendo por índio também talvez, a pressão, os maquinários existem. Mas o que está acontecendo? Onde está sendo investidos esses recursos? Eu não sei quantas pedras de diamantes foram apreendidas lá na nas terras dos Cinta Larga, e para onde foram essas coisas. Máquinas e máquinas foram apreendidas na área do companheiro URU EU WAU WUA, para onde foram? Por que não foi indenizado, porque não processaram, porque não prenderam esses ladrões? Por isso eu estou falando, o direito dos povos indígenas está zero pelo não indígena. É por isso que eu sou contra a gente ser comparado com seringueiro, com ribeirinho. Eu não estou descriminando não, eu acredito que nós somos originários dessa terra, por isso que nosso direito tem que ser valorizado e respeitado, a nossa cultura que vocês estão usando, a nossa cultura que é original, não trazendo a cultura dos Europeus, para cá, para dizer a cultura de Rondônia, cultura do Brasil, mas a cultura dos povos indígenas que vocês estão aí usando, tomando banho, deitar na rede, pamonha, as danças, o nome tudo são... e isso ninguém respeita, ninguém reconhece. E nós aqui do Estado de Rondônia, somos riquíssimos se respeitar. Se a nossa Rondônia não respeitar o nosso originário que são os povos indígenas, ele mesmo está descriminando ele, porque eu tenho certeza que vocês fazem parte, corre dentro de vocês o sangue dos povos indígenas. Eu queria deixar essa mensagem; que sejam respeitados os povos indígenas. Mas o que eu estou focando mais é a questão da terra, sem terra a gente não vive, não é só os povos indígenas não, até para o Presidente da República é a terra, é a terra. Então por isso que eu estou falando, e também pedindo a demissão da secretária, porque ela não respeita. Não sei se vocês não tem aqui na educação de vocês, alguns professores não indígenas, não sei se ela é só contra o indígena, ela é ante indígena. E nós queremos sentar com ela, nós já sentamos várias vezes com ela, ela nunca atendeu nosso pedido e provavelmente em outubro Senhor Presidente, nós queremos fazer uma grande manifestação pedindo o apoio de vocês parlamentares do nosso Estado para ajudar a trazer os cinco mil indígenas aqui do nosso Estado para fazer manifestação contra o que é contrário aos povos indígenas. Nós elegemos Deputados Estaduais, Municipais, Federais, Senadores, Governadores, essas pessoas que estão fazendo a lei contra o nosso povo, contra os povos indígenas. Por isso a revolta é grande, não é o Brasil agora que está revoltado, está no meio do povo, vocês estão reunidos fácil porque vocês moram aqui na cidade, e nós não estamos aqui no meio de vocês porque nós moramos no mato e para trazer eles para cá precisamos de ajuda porque os problemas não está... nós não estamos aqui porque a nossa casa está bonita não, está muito ruim, a saúde, educação, a terra não está demarcada, os índios... têm muitos índios ainda que não tem se quer uma terra, porque expulsaram ele, agora estão morando, muitos em Guajará. Tem uma aldeia que mora nove povos em uma pequena área, nove povos, ajuntaram eles. Por isso que eu estou falando que é um desrespeito total quanto ao direito dos povos indígenas.

Obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado companheiro Antenor Karitiana.

Quero cumprimentar o companheiro Paulo Tico, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Rondônia, sua diretoria que aí chegou. Convido para dar continuidade nesta Audiência Pública, para fazer uso da palavra, o Excelentíssimo Senhor Vereador Arão Aroram, Vereador da Câmara Municipal de Guajará-Mirim.

Houve uma evolução graças a Deus, que valoriza a questão indígena. Guajará-Mirim conseguiu eleger dois vereadores indígenas, com certeza é o início para que os indígenas tenham espaço nos Poderes Públicos, começando pela Câmara de Vereadores de Guajará-Mirim com esse espaço.

Vereador Arão.

O SR. ARÃO ARORAM – Excelentíssimo Senhor Deputado Cláudio, Excelentíssimo Senhor Zequinha Araújo, nosso companheiro, Deputado Ribamar Araújo e o Procurador da República Senhor Rafael, que com certeza vamos ser um parceiro de luta. Sabe que as nossas lideranças indígenas sempre estão buscando apoio do Ministério Público. E em nome das lideranças presentes, das mulheres indígenas também que estão presentes... Ficamos muito agradecidos Deputado Cláudio, com essa audiência que há muito tempo teve esperando o apoio dos nossos Deputados do nosso Estado. Então quero dizer que estamos contentes e ao mesmo tempo tristes com a questão da saúde indígena. Neste momento as lideranças indígenas, os deputados aqui presentes... Está acontecendo a pré-conferência na aldeia Lage Velho onde está se discutindo a situação do problema da saúde indígena do Estado de Rondônia, não só no Estado de Rondônia, mas sim no Estado todo. É uma satisfação ter recebido o convite do nosso Nobre parente Puruburá, como até nós colocamos aqui; nós de Guajará-Mirim viemos, três lideranças indígenas, e esses três representantes indígenas representam mais ou menos cinco mil indígenas do município de Guajará-Mirim. Então a questão mais focada aqui Deputado, é sobre a educação escolar indígena, eu também faço parte dessa classe, eu também sou professor indígena, e em nossa luta sempre brigamos pela realização do concurso público no Estado de Rondônia. Hoje completa quase 13 anos que o Estado de Rondônia assumiu a educação escolar indígena, e a situação das escolas indígenas senhores Deputados, presentes, é uma situação precária. 10% aldeias indígenas tem escola com espaço físico, com melhores condições e 90% das escolas indígenas estão em péssimas condições de espaço físico, falta sala de aula, falta professores de ensino fundamental. Então é uma educação que não é o que queremos. O Governo, o Estado Brasileiro, principalmente a Secretaria de Educação não está dando uma educação diferenciada de qualidade para a população indígena, nem sequer Deputado, para o ensino fundamenta. Temos somente um ou dois professores que dá aula para todas as matérias. Então isso não existe, isso é contra a lei. É uma coisa que nós representantes do Estado precisa olhar com atenção. Então uma das questões que mais brigamos é quanto ao concurso público. Portanto, eu vejo que os Deputados teriam que fazer um intermédio para agilizar o mais rápido possível a realização do concurso público para os nossos professores indígenas do Estado de Rondônia.

Como eu estava falando sobre a questão da construção as escolas indígenas... em todas as escolas indígenas não há espaço físico e há falta de professores também, e uma das questões preocupante também é quanto o ensino médio nas aldeias. Temos

que implantar ensino médio nas aldeias, e para se implantar ensino médio nas aldeias temos que construir primeiro o prédio. Então Srs. Deputados nós ficamos com medo que nossos jovens saiam das aldeias e vá para a cidade. A primeira coisa que o jovem aprende é coisa ruim, principalmente no nosso município Guajará-Mirim, ali é uma área de fronteira Sr. Deputado, e ali corre muita droga e isso é uma preocupação grande para as nossas lideranças. Então é preciso que o Estado, a Secretária de Educação torne o mais rápido possível a construção da escola a fim de implantar o ensino médio nas aldeias. Dessa forma iremos melhorar a educação do nosso Estado.

No último levantamento nosso quando estávamos trabalhando dentro da SEDUC, foi constatado que mais ou menos 600 alunos indígenas parados, sem estudar, e que precisam fazer ensino médio. Desses seiscentos, o maior número está em Guajará-Mirim, e se não me engano, Alta Floresta, depois vem Ji-Paraná e Cacoal. Então é uma coisa muito preocupante para o nosso Estado. Então precisamos agilizar a construção da escola e implantar o ensino médio nas aldeias indígenas. É essa a minha fala. A outra é sobre a saúde indígena como estava falando.

Hoje a saúde indígena está numa situação complicada, e eu vejo que esta pré-conferência está sendo gasto um dinheiro, um desperdício, e porque não fazemos uma conferência no Estado para decidir uma coisa de cada vez. Sentar, reunir todas as lideranças indígenas e dizer: não, vamos reajustar isso. Vamos. Está errado isso. Vamos consertar? Vamos. Então nós temos que nos unir, as lideranças têm que se unir e o Governo tentar ajeitar esse Projeto de Lei que está sendo proposto pelas lideranças indígenas. Isso é uma coisa que pode ser junto com as lideranças, isso é uma coisa que pode ser até junto com os Deputados, estarmos reorganizando esses direitos garantidos pela Constituição de 88. Então Srs. Deputados, eu quero só reforçar a fala, senão me engano, a fala do cacique Karitiana e convocar o Governo, Deputado Zequinha Araújo, Ribamar, convocar o Governador e ter uma conversa, um diálogo com a população indígena, com as lideranças indígenas. Hoje mais ou menos, se não estou enganado, me parece que no Estado de Rondônia tem uns vinte mil indígenas. Então eu pediria como Parlamentar municipal, eu também pediria a vocês o apoio para convocarmos uma audiência com o Governador do Estado de Rondônia.

São essas as minhas palavras.

Muito obrigado.

O SR. CLAUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado Vereador Arão. Agora temos a honra de convidar a fazer usar da palavra o Dr. Raphael Beviláqua, Procurador da República, Ministério Público Federal.

O SR. RAPHAEL BEVILÁQUA – Primeiramente, gostaria de dá bom dia para a plenária, porque eu acho que invertendo um pouco o protocolo, às vezes temos que dá prioridade ao povo. Em segundo lugar eu queria cumprimentar as autoridades presentes, os caciques, os representantes indígenas, os Parlamentares, Deputados, Vereadores; os representantes de organizações sociais que tem interesse na defesa da causa indígena; demais representantes dos órgãos públicos e integrantes da sociedade civil. Gostaria de agradecer também em primeiro lugar, e é um ponto que eu acho importante frisar, que é a oportunidade que esta Casa está abrindo para receber os seus titulares, que são

povos de Rondônia, especialmente o povo indígena de Rondônia. O povo indígena de Rondônia, assim como o povo não indígena é titular, é tão dono desta Casa como qualquer outro e eu acho importante essa aproximação do Estado. Eu ainda acredito nas instituições, embora tenhamos muitos problemas, eu acredito no poder da representação democrática. Eu acredito que as instituições possam trazer algo de bom para a sociedade. Eu acredito na democracia, eu acho importante fazer essa defesa num momento que alguns acham que essa não é a solução, mas eu ainda acredito na democracia e acredito que a democracia se faz assim em momentos como esse. Eu acredito que aproximação entre a população indígena e os Parlamentares, os representantes eleitos, é fundamental, especialmente porque na minha concepção e na concepção, inclusive de documentos internacionais, cujo Brasil é signatário, os indígenas não precisam apenas de portavozes, eles precisam de voz. Por isso que eu acho importante essa Mesa composta também por representantes indígenas. Eu acho importante que eles tenham usado a palavra, porque melhora do que nós e os representantes ou concursados ou quem quer que seja, eleitos, eles sabem quais são as suas prioridades e eles nos dizem quais são as suas prioridades, cabe a nós ouvi-los e atender-los. É com base nisso que o Ministério Público Federal tem atuado de acordo com a solicitação e trouxemos alguns pontos que achamos importantes. São quatro pontos que eu gostaria de pedir ajuda desta Casa para atuar. Uma ajuda que me foi solicitada pela população indígena e eu quero solicitar ajuda desta Casa para atuar porque em relação às Leis aprovadas aqui no Estado de Rondônia em relação a Projetos aprovados aqui no Estado de Rondônia que é competência desta Casa fiscalizar o cumprimento pelo Poder Executivo. A primeira Lei é sobre o concurso indígena, o concurso indígena é importante se frisar que é uma Lei, digamos assim, pioneira do Estado de Rondônia. Uma Lei muito importante, uma conquista da população indígena e também uma conquista da população em geral que estabelece que deve ser realizado concurso público para que sejam escolhidos dentre os indígenas professores capacitados para dar aula nas comunidades indígenas. Esse concurso público tem sido, tem havido uma demora na realização dele. Os conselheiros e o Ministério Público Federal têm acompanhado, mas seria importante, inclusive... por um lado felicito e cumprimento a Casa pelo convite, mas lamento a ausência da SEDUC aqui para discutir isso conosco, porque são eles os competentes para dar respostas, mas eu acredito também que esta Casa deve cobrar essas respostas deles. Então, nós queríamos que esta Casa cobrasse a realização deste concurso. Nós já temos um cronograma, seria importante que esse cronograma fosse acompanhado justamente com base no concurso. Precisamos de professores habilitados e para que haja professores habilitados... é o segundo ponto que eu toco.

Existe o Projeto Açaí. O Projeto Açaí foi desenvolvido para fazer a capacitação dos indígenas para darem aula para eles mesmos. E esse Projeto Açaí, há um convenio com o Governo federal que liberou verbas para a realização... esse convênio vai se encerrar no final do ano. Se o Projeto Açaí não for realizado até o final do ano a verba volta e a gente não vai ter indígenas capacitados para realizar esse concurso que tem que ser realizado da forma mais urgente possível. Então o segundo ponto; primeiro, a realização do concurso. Segundo, o Projeto Açaí para que haja professores capacitados para passarem neste concurso. O terceiro ponto evidentemente faz parte da questão estrutural, que é a

construção das escolas. Se não me engano há 20 escolas em construção ou projetadas para serem construídas em terras indígenas, muitas delas as obras estão emperradas, estão paradas. Então é importante o Ministério Público Federal... já está cobrando por solicitação dos povos indígenas, mas é importante que esta Casa também solicite e cobre o andamento desse Projeto, porque as obras estão paradas em determinados lugares porque o cronograma de obras não vem sendo cumprido. E por último, e não menos importante, na verdade seria um ponto que caberia os estudiosos de outra área fazer referência. A Bianca da FUNAI, antropóloga da FUNAI, talvez não me deixe faltar com a verdade. A questão da demarcação das terras é fundamental para os povos indígenas também no assunto educação porque a educação indígena não é igual a educação tradicional e nem deve ser, porque os indígenas tem as suas próprias necessidades e faz parte da educação deles a história deles, a história de suas terras, as suas referências físicas, as suas referências de origem, as suas referências de histórias. Então a demarcação das terras indígenas faz parte sim, da educação indígena, faz parte sim, de o povo conhecer as suas origens. E por fim não menos importante também, é importante que se diga que os marcos em que vai se realizar, vai se efetivar o cumprimento das obrigações do Estado em relação ao povo indígena. O Ministério Público Federal, a Assembleia Legislativa, o Poder Executivo tem que ser o marco na visão de mundo também dos indígenas, porque não basta realizar os direitos de acordo com a nossa visão de mundo, porque realizar os direitos de acordo com a nossa visão de mundo acaba sendo não realizar os direitos, e nós precisamos saber que se a Terra Indígena para os indígenas tem que ser utilizada de uma determinada forma, que é diferente da forma que se considera produtiva para os não indígenas, com criação de gado extensiva, exploração extensiva, a gente tem que entender que esse tipo de exploração não é o tipo de exploração indígena. E a Constituição Brasileira garante, não só por dívida histórica, a dívida histórica é só um componente deste mosaico, é uma justificativa constitucional, é uma garantia Constitucional, é uma garantia que foi construída pelos povos indígenas em conjunto com os povos não indígenas para que se faça a garantia da manutenção do modo de vida destes povos indígenas. A nossa maior riqueza, uma das nossas maiores riquezas do Brasil, é justamente esta diversidade e, se o Estado brasileiro não souber preservar essa diversidade, não souber lidar com essa diversidade, o Estado brasileiro vai estar perdendo, e o Estado de Rondônia, consequentemente, aliás, o Estado de Rondônia é muito rico neste aspecto que eu estou tocando agora, e seria uma perda inestimável, seria um atentado à Constituição se não houvesse a garantia por parte destes entes estatais dessa nossa riqueza, dessa maior riqueza que existe de todas as riquezas, que é o ser humano, que é o Homem. O Homem indígena, não indígena, e todas as suas culturas, toda a sua diversidade cultural deve ser preservada pelo bem da nossa geração e das nossas futuras gerações. Era isso que eu gostaria de dizer e agradecer a presença de todos e, podem contar com o Ministério Público Federal, espero que o Ministério Público Federal possa contar com o apoio desta Casa Legislativa.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado Doutor Raphael. Gostaria de convidar o Deputado Ribamar Araújo para coordenar os trabalhos. O Deputado Zequinha ou o Deputado

Ribamar para coordenar os trabalhos para eu fazer um pronunciamento na Tribuna.

(Às 11 horas e 31 minutos o Senhor Cláudio Carvalho passa à Presidência dos trabalhos ao Senhor Ribamar Araújo)

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidência) – Com a palavra o eminente Deputado Cláudio Carvalho, proponente desta Audiência Pública.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Meus cumprimentos ao Deputado Ribamar Araújo, do meu Partido. Cumprimento o Doutor Raphael; cumprimentar o Antenor; nosso Vereador Arão; todos os componentes que compõem esta Mesa da nossa sociedade civil, organizada, que cuida desta área dos indígenas, que sofre esta problemática toda. Deixo aqui os meus cumprimentos. Cumprimento todos que estão aqui na Galeria; cumprimento o Doutor Ezequiel, cumprimento todos que fazem parte também desta luta, deste Projeto; o Assessor do Deputado Anselmo de Jesus, Deputado Federal Carlindo aqui presente. Cumprimento cada Indígena que aqui está, também quem não seja indígena, mas que está nesta causa por entender que é justa esta luta. Que possamos somar esforços no sentido de levar o direito a essas pessoas que estão muitas vezes à margem da lei, à margem do atendimento do serviço público.

Acho que nada é mais importante para uma pessoa do que a história, nada é mais importante para os brasileiros do que a história do nosso país. Então, a história é algo fundamental. E não dá para tratar da política esquecendo a história, e no momento em que o indígena não tem acesso à escola, não tem acesso ao atendimento à saúde, nós estamos ignorando a nossa história. Por isso é que eu chamo aqui à reflexão todos aqueles que estejam no serviço público, que estão colocados direta ou indiretamente nos postos do serviço público pelo voto popular. Porque quando se vota no Governador sabemos que nós não estamos votando na pessoa do Secretário, mas é na competência dele para indicar aquele ou aquela que vai ocupar uma pasta que possa levar esse atendimento da Educação, da Saúde e de qualquer outra área. E tudo o que foi conversado aqui, hoje, eu acho que o desrespeito, porque todos receberam, todas as Secretarias receberam o convite para esta Audiência Pública e no documento estava bem claro quanto a questão da Educação. Então, a falta da Secretaria de Educação hoje, aqui, é como se a gente estivesse falando praticamente para nós mesmos, porque quem deveria estar ouvindo aqui é quem tem o poder para resolver. Eu sei que o Governador tem inúmeras causas para tratar, mas no mínimo a Secretária de Educação ou alguém da Secretaria poderia nos ouvir. Mas isso não irá impedir que eles tenham acesso ao que foi discutido, aqui. Eu já peço à Casa que encaminhe ao meu gabinete tudo o que foi discutido, hoje, aqui, com cópia dos discursos, dos pronunciamentos de cada uma das entidades, dos Parlamentares, das autoridades, para que no segundo momento a gente vá convidar também a representação dos indígenas para elaborarmos um documento encaminhando ao Governo do Estado, encaminhando a cada Secretaria. Além de encaminhar ao Governador, quero encaminhar à Secretaria de Educação, os problemas da Saúde, para a Secretaria de Saúde, os problemas do concurso para a Secretaria de Administração, uma cópia da lei que não está sendo cumprida. Vamos colocar junto e mandar

para a Procuradoria Geral do Estado para que possamos somar esforços. Quando a gente cobra, Doutor Raphael, uma política que visa levar Educação aos indígenas, a gente fica até triste, porque quando se olha para a educação de modo geral... está em greve há mais de 30 dias e me parece que não tem solução, pelo menos é o que mostra, aí, que o Governador, eu já sentei com ele durante esse período de greve, perguntei o que ele tinha, e ele falou que não poderia fazer nada além do que ele já fez. Aí, eu sento com o movimento, estive várias vezes no movimento de greve, e perguntei do movimento o que está acontecendo e eles falaram: Queríamos pelo menos ouvir o Governador, no entanto ele coloca o Secretário de Finanças para discutir os problemas da Educação. Não entendemos a forma que está sendo feita a política do empurra empurra, que não é diferente em outras áreas nesta Casa. Ontem fez seis meses que tomei posse como Deputado, nesta Casa, e muitas vezes fico meio agoniado, meio impotente, achando que... olha o Parlamento, nós precisamos. O povo não tem essa compreensão, é claro, a sociedade no geral, muitas das vezes cobra do Parlamentar a execução, enquanto nós Parlamentares, Deputado Zequinha, Deputado Ribamar, nós estamos aqui para elaborar Lei e aprovar a Lei, e depois fiscalizar e denunciar. Nesta Tribuna, tenho usado em todas as Sessões, sem exceção, eu tenho usado esta Tribuna para dizer do que está errado neste Estado e não são poucas coisas, coisas meramente fáceis de serem acertadas. Até a maneira de que é tratado o Parlamento muitas vezes... aqui um Projeto de Lei que vem do Governo do Estado para aprovar em dez minutos, sem ter nenhuma discussão. Eu tenho sido crítico, eu sou da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, sou formado em direito e tenho primado para que a gente faça discussão de todas as Matérias na Comissão de Constituição e Justiça. Mas, eu sou nomeado relator, tenho seis, doze, até dezoito dias para analisar uma Matéria, no outro dia puxa de lá para cá, põe na pauta e é aprovado, e eu que fui o relator não tenho o direito de me manifestar no tempo ideal, porque é impossível se dá um Parecer em oito segundos nesta Tribuna em algo que não vimos. E, eu não vou, vocês podem até achar quem acompanha esta Sessão aqui, em especial os funcionários desta Casa, pode até achar que eu sou até repetitivo, mas eu vou ser repetitivo até o último dia que eu estiver aqui, cobrando apenas aquilo que é de meu direito. Então, o direito do Parlamentar de se expressar, de exercer com zelo o cargo que o povo lhe concedeu, toda hora é tirado de mim. Imagino o índio que está na aldeia dependendo de um concurso, de um concurso público para contratar professor quando os demais professores estão em greve, há mais de trinta dias porque o Governo diz que não tem condições. Eu não sou de desanimar, Doutor Raphael, não sou de desistir, mas que ficamos meio depressivo muitas vezes ficamos, mas nós não vamos desistir. A luta nossa é para que consigamos dar passos e mais passos, com êxito ou sem êxito. Esperamos que o êxito venha, nem que seja por passos lentos, mas nós precisamos se tiver a união, primeiro a união dos indígenas. Isso é importante. Eu sei das dificuldades, e da mesma forma que lamento a ausência de mais pessoas na plenária, eu lamento também a falta de presença dos indígenas, é claro que cada um com sua demanda, cada um com suas dificuldades. Mas gostaria de ter um público bem maior, até porque se tivesse bastante indígenas aqui e as autoridades tivessem mesmo em pequeno número deixava pelo menos mais animado. Então, vamos trabalhar para unificar, para no próximo evento a

colocarmos nossas forças, a nossa indignação chegar a cada uma das autoridades. Como encaminhamento já coloquei, nós vamos fazer a cobrança de tudo o que foi feito aqui. Vou pegar uma cópia do que foi discutido, eu estou com o telefone de algumas pessoas das lideranças, depois podem passar para mim, eu vou chamar os Deputados que estão participando desta Audiência Pública, o Deputado Zequinha Araújo e o nobre Deputado Ribamar Araújo, para junto assinarmos um documento enviando ao Governo do Estado e aos demais órgãos pedindo o cumprimento dessa legislação e as demais demandas apresentadas. É claro, que quando se trata dessa questão da terra, me parece que foi o Antenor que colocou aqui, isso foge bastante a questão do Parlamento estadual. Nós sabemos que essa questão da terra indígena, isso deve ser tratado pelo Congresso Nacional, pelo INCRA, pela Presidência da República e foge um pouco daqui, mas pelo menos esse Parlamento tem como indicar e encaminhar a esses órgãos para que possamos tomar encaminhamento. Na maioria dessa parte, eu vejo, no momento, eu acho que foi o Antenor, ou alguém que me antecedeu aqui, que colocou, me parece que foi o Wellington, colocou essa situação de que passa, o momento em que passa o país, eu não diria que está pior, jamais eu vou dizer que está pior, eu sei que tem os avanços, mas, quando o povo vai para a rua tem causas, é claro que tem uma minoria que às vezes vai para fazer baderna, mas os estudantes, essas pessoas de bem, vão com bom propósito e no meio do bom propósito às vezes é infiltrado pessoas que para fazer a baderna, para fazer a desordem, mas a maioria das pessoas que vão para a rua é porque tem uma insatisfação. Ouvi da Presidente da República dois manifestos e manifesto de preocupação muito, embora ela coloque dificuldade do Congresso e estamos tratando de política pública, e uma reforma política. Ao meu ver, seria a reforma das reformas, quando se trata de política pública, você tratar com 513 Deputados, tratar com 81 senadores, eu sei que ela não tem vida fácil. Aqui nesta Casa somos 24 e temos dificuldade de entendimento, imaginem no Congresso. Eu estive esses dias na Câmara dos Deputados, passei um dia lá na companhia do Deputado Anselmo e estava observando, dois microfones para 513 Deputados. Eu falei: sou feliz e não sabia, lá são 24, eu tenho um microfone que uso em todas as Sessões. E o Deputado Anselmo falou: rapaz tem dia que eu preciso acordar e vir de madrugada para cá para fazer a inscrição para no prazo de 20 ou 30 dias eu ter acesso à Tribuna. Então temos muita dificuldade em qualquer parlamento, mas eu acredito que quando o parlamentar está cheio do bom propósito é chegado à vez de expressar o sentimento e quando o povo vai para a rua, porque o povo tem sentimentos, e me parece que dessa manifestação são sentimentos múltiplos. Eu estava vendo ontem uma manifestação em Candeias do Jamari, a cidade mais próxima de Porto Velho. Cada um tinha um cartaz, e no primeiro cartaz dizia assim: "a favor da PEC 37", e lá nos últimos cartazes tinha um dizendo que "era contrário a PEC 37". Então, até isso. O movimento mostra que está cada um colocando a sua indignação, o seu problema e o Poder Público precisa chamar para si a responsabilidade de saber quais são as demandas primeiramente que são possíveis ser atendidas. Através de pronunciamentos e depois de medidas já saíram algumas medidas na questão do transporte, de isentar de alguns tributos para que a gente venha ter pelo menos um longo tempo sem aumento de tarifa e quem sabe até baixar tarifa. Já baixaram as que aumentaram, e se tirar aqueles impostos que

compõem uma planilha de custo de imediato, daqui a pouco vamos ter... dá para baixar tarifa nesse país, se isentar o ICMS do diesel, se isentar a questão do PIS e CONFIS que já foi isentado e ainda o ISS do município. Com certeza se isentar tudo isso ao invés de aumentar a tarifa do transporte coletivo, vai ser necessário baixar. Ainda com referência ao transporte que foi de onde começou tudo isso, o que precisa ser feito, Deputado Zequinha, é investimento em infraestrutura. Se não tiver investimento na infraestrutura para tirar o transporte coletivo do meio dos veículos particulares podem tomar qualquer medida que nada vai ser sanado. Aqui em Porto Velho entra em média três mil carros, três mil carros por mês a mais, só carros novos, emplacados e aí vai aumentando a cada dia. Eu estava conversando agora a pouco com o Lenilson, ele estava me dizendo que tinha uns fiscais da Secretaria de Transporte multando os carros que estavam estacionados aqui. Um dia desses aconteceu isso e me parece que hoje ou foi ontem tinha... eu estava dizendo, a legislação na questão de trânsito ficou parada durante muito tempo, era possível no passado se ter uma Assembleia Legislativa no centro da cidade como é aqui e não ter estacionamento, hoje se você for construir... está sendo construído um prédio da Assembleia Legislativa ali, se não tiver estacionamento num quantitativo relativo às pessoas que vão a Assembleia Legislativa, não vai poder inaugurar esta Assembleia nunca. Então aqui no passado foi inaugurado sem ter uma vaga de estacionamento com exceção dos Deputados e mais umas dez ali, agora quem quiser tem que estacionar na rua e na rua não comporta, não tem jeito de comportar e aí precisa do ente fiscalizador ter a compreensão de ao invés de estar multando tentar arrumar uma solução, porque não adiantar multar porque as pessoas vão colocar o carro aí, e também não pode colocar de qualquer jeito. Por isso eu deixo aqui, voltando ao assunto principal, aos indígenas, meu gabinete aberto para que a possamos tratar esse assunto juntos. Vocês conhecem muito mais do que eu, não adianta eu querer dizer que eu conheço mais do que vocês, eu estou conhecendo esse problema, já conhecia de longe, estou começando a conhecer mais de perto porque vocês estão me trazendo e me coloco à disposição para conhecer mais, pegar os encaminhamentos do sofrimento de vocês, encaminhar ao Governo do Estado e peço aos dois Deputados que aqui estão, com certeza já estão na causa, se assim não fosse não estariam aqui para junto comigo, após a gente elaborar esse documento marcar uma audiência com o Governador, convidar os indígenas que estão participando hoje aqui para fazer a entrega deste documento direto ao gabinete do Governador, ao Deputado Zequinha que é do PMDB, do mesmo partido do Governador. Quando estiver pronto este documento, vou pedir, Deputado Zequinha para que Vossa Excelência faça o contato com o Governo e marque essa audiência, eu tenho feito muitas críticas, não a pessoa do Governador, mas ao Governo e quero acreditar que ele não vai confundir as minhas ideias, as minhas cobranças como que sejam não legítimas. Por isso mesmo, para evitar atritos políticos eu deixo ao encargo do Deputado Zequinha que é do mesmo partido do Governador para marcar a data da entrega desse documento que durante esta semana até a semana que vem nós entregaremos. Por isso, deixo aqui um abraço a cada um de vocês, nós vamos continuar, ainda tem, o Deputado Zequinha, me parece que está inscrito, a FUNAI foi convidada, eu não sei se está aqui presente, quem está aqui representando a FUNAI? Tem alguém? Bianca Nogueira está aqui representando a FUNAI? A gente vai abrir aqui, eu nem sei porque

não foi convidada para participar da Mesa. Ela não quis participar da Mesa, mas se quiser eu acho que seria de bom grado que ouvíssemos o que a FUNAI pensa sobre esses problemas indígenas. Cumprimento também o Presidente do Sindicato dos Motoristas Rodoviários do Estado de Rondônia, companheiro Da Silva, que se faz presente aqui com a sua diretoria.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Solicito ao Deputado Cláudio Carvalho que retome a Presidência dos trabalhos.

Obrigado.

(Às 11 horas e 48 minutos o Senhor Ribamar Araújo passa a Presidência ao Senhor Cláudio Carvalho)

O SR. WELLINGTON TINHAWAHNBA - Deputado, eu queria que abrissemos espaço também, além da gente que está fazendo parte da Mesa, tem algumas lideranças e com certeza querem falar, como o Zacarias, representando os professores do Estado de Rondônia, tem o Antônio Purubora; tem o Firmino Arara, que é o cacique tradicional do povo Arara e tem o Anine Surui, cacique tradicional do povo Surui e demais lideranças que estão presentes. Com certeza esse espaço está aberto, e se vocês quiserem falar, contribuir com a nossa fala...

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Companheiro Wellington, como encaminhamento eu vou franquear a palavra aos Deputados, se assim queiram usar a palavra. O Deputado Zequinha vai usar a palavra agora, já convido a se posicionar e depois vamos abrir, mas eu gostaria de falar só a questão do tempo, que a gente se limitasse a um tempo de três minutos, vocês concordam? Quatro minutos? Porque a quantidade de pessoas que me parece que tem, se a gente for abrir dez minutos, que é o que eu gostaria, a gente vai ficar a tarde toda aqui, e ainda tem Sessão na parte da tarde. Então eu acho que quatro minutos, eu vou cronometrar quatro minutos e vou anunciar quando estiver faltando um minuto para concluir no quarto minuto. Deputado Zequinha Araújo.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO – Pessoal, bom dia.

Eu quero cumprimentar o nosso Deputado proponente da Matéria, o Cláudio Carvalho; Deputado Ribamar Araújo, nosso companheiro de luta, sempre está junto às audiências públicas porque as audiências fazem parte também do grande contexto de deliberação desta Casa. É onde a gente discute os nossos problemas, dá oportunidade para que as pessoas também discutam. Nós temos o Ezequiel da OAB, satisfação grande estar com você aqui também conosco, as lideranças aqui presentes, que aqui estão também. Cumprimentar também o Procurador o doutor Rafael, é uma satisfação também tê-lo aqui; a Emília minha companheira, amiga de longas datas; também a Jandira; o Wellington; o Antenor, companheiro de luta, sempre estamos juntos; o meu companheiro Vereador Arão, companheiro que aprendemos a admirar também desde o dia da nossa audiência pública lá em Guajará-Mirim, onde você estava também com o Opá, outro Vereador. Parabéns pela comunidade de Guajará-Mirim que soube escolher seus representantes, comunidade indígena que soube escolher os seus representantes. Hoje tem dois Vereadores, quem sabe amanhã poderemos ter Deputados também, quem sabe amanhã poderemos ter outras autoridades

também indígenas, porque a comunidade indígena com essa união, com certeza vai trazer bons frutos. Quero falar para vocês apenas de algumas situações: quando se fala que 90% das escolas indígenas estão em péssimas condições é porque na verdade não está tendo, sobretudo a fiscalização necessária, não está tendo a exigência necessária das autoridades, para que seja cumprido através dos executivos, porque não é só federal, mas estadual, municipal também, porque isso não é uma causa apenas de um setor, mas de todos. É por isso que nós precisamos estar atentos para que isso realmente venha acontecer. Como foi falado pelo amigo e doutor Raphael, setores que foram determinados, até projetos já elaborados, faltam ser executados. Então, falta muito, essa presença maciça de vocês exigindo também. Por isso que eu quero parabenizar pelo momento, pela presença das autoridades indígenas, que são lideranças indígenas. Precisamos nos unir. É por isso que eu cumprimento também meus parentes, eu digo parentes também, porque nós também participamos, minha mãe era indígena, então é por isso que nós somos parentes. E nesse sentido, nós ficamos até certo ponto comovidos com a questão indígena. Mas essa comoção não pode ficar apenas no espaço da Assembleia, ou no espaço de quatro paredes, onde se discute, se escreve, e por ali vai ficando e os relatórios vão saindo, mas as coisas não estão acontecendo. Por isso é que nós queremos ter certeza que desta audiência vai sair esta presença dos povos indígenas, juntamente com os Deputado, que precisamos estarmos junto não só eu, Deputado Cláudio, mas o senhor, o Deputado Ribamar, podemos juntos chegar até ao Governador e pedirmos que seja imediatamente tomado providências para que tenha essa reunião imediatamente com as grandes lideranças indígenas. E dessa maneira tomarmos providências enérgicas junto àquilo que é necessário. Junto com o Governador que esteja também o Prefeito da cidade, junto ao Governador que esteja também o Poder Legislativo, mas também o Poder Judiciário. Que dessa maneira, essa união de forças, possamos melhorar, reverter a situação que hoje é caótica, e amenizar pelo menos o sofrimento dos nossos povos indígenas. Quando vocês dizem que chegam aqui com seus próprios recursos próprios, nos deixam também entristecidos, por quê? Por que se vocês chegam às duras penas aqui, com os recursos próprios, não trazem a massa, é porque os outros não têm condições mesmo de estar aqui e, quando não tem condições é porque a coisa não está fácil. Hoje, podemos perceber que nem todos os índios estão com os cocares, é porque está faltando até sua alimentação. Percebe-se que as pessoas hoje, quando se vai às aldeias, e eu sou acostumado ir às aldeias, eu chego lá eu percebo imediatamente como estão sofrendo essas pessoas. Eles também votam, eles também são povos, eles também são cidadãos. É por isso que nós precisamos ajudar. Eu quero finalizar agradecendo a cada um, e deixando um alerta aqui nesta Casa, não só nós três, mas todos os Deputados, nós devemos estar juntos e alertas para não deixar o nosso povo sofrer. Os índios não podem sofrer, índio é povo, índio é gente, índio é ser humano, índio é cidadão. É por isso que tem que ficar o grito de alerta, forte pela humanidade, pela reestruturação e, sobretudo, pela dignidade de um povo que precisa e que grita neste momento pelos seus representantes. Não podemos fugir, por isso que nós estamos aqui, e com certeza podem contar com esta Casa de Leis que nós estaremos alerta. E brevemente, fica aqui o nosso compromisso, e brevemente estaremos reunidos com o Governador do Estado de Rondônia, levando as nossas

revindicações, que não são só suas, mas nossas também. Um grande abraço.

Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Agora por indicação do Wellington, o Zacarias o indígena, em seguida Almir Suruí.

O SR. ZACARIAS KAPIAR - Bom dia a todos os presentes, Plenária, senhores Deputados presentes.

Eu gostaria de fazer o uso da palavra aqui, aproveitando a oportunidade, já direto ao assunto que é o foco principal, eu acho, dessa audiência. Eu gostaria Senhor Deputado, só refletir um pouco em relação a nossa Secretária que é o foco principal dessa situação, não é? A Secretária Isabel Luz, ela já demonstra de cara que como é a nossa Secretária de Estado, o compromisso que tem não só com a educação indígena, mas com a educação do Estado todo. Então a nossa indignação neste momento, é em relação a não presença de nenhum representante da Secretaria, da Secretária. Como não bastasse ela não vir... pelo menos mandasse uma zeladora dela, alguém que serve o cafezinho para ela, pelo menos para dar o recado para ela. Então, isso para nós, para o Estado de Rondônia, isso é muito vergonhoso, ter uma autoridade como a Secretária, assumindo um papel tão importante na Secretaria e não marcar presença. Isso é uma vergonha, é um descaso com a comunidade indígena, não só com a comunidade, mas com toda a população do Estado de Rondônia. Isso é uma vergonha para o nosso Estado, isso demonstra o não compromisso com a causa da educação. Isso nos deixa muito indignado. Queremos pedir através da intervenção de vocês, através dos Deputados, através dos companheiros que realmente vão abraçar a causa conosco... Se a gente pudesse levar essa mensagem perante o Governador, não é Antenor? Nós estivemos várias vezes aqui nesta Casa, pedindo que o Governador nos atendesse, nós como representante legítimo do movimento indígena, e até agora nós não conseguimos essa audiência. Queremos que esta Casa desse essa oportunidade para conversarmos para se saber se é realmente o Chefe de Estado, o Governador que está fazendo esse descaso, porque no discurso dele ele fala uma coisa, ouvimos ele falar uma coisa bonitinha no discurso, relacionado aos povos indígenas e depois seu Secretariado, os seus aliados fazem coisa contrárias do que ele fala. Então nós queremos imediatamente que através dos aliados... vamos fazer um movimento para tirar a Secretária desse cargo porque ela não merece estar onde ela está.

Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado companheiro Zacarias.

Agora com a palavra, o Almir Suruí.

O SR. ALMIR SURUÍ – Bom, agradeço muito aos Senhores desta Casa, porque eu vejo que quando chegamos hoje, nesse momento de dificuldade, de luta, com tantos problemas com referência a população indígena... Quando chegamos aqui em 1975, eu vi que cada autoridade estava de mãos abertas para receber a população indígena, hoje eu fico agradecendo vocês desta Casa, porque o Senhor está recebendo a gente. Hoje não é difícil para nossa população chegar, dar o recado, a nossa mensagem, e por causa disso eu estou muito contente. Podemos

sim, fazer vocês ouvir pessoalmente a nossa mensagem. A nossa comunidade hoje tem o apoio desta Casa, e queremos que vocês atendam o nosso pedido. Estamos trazendo a nossa preocupação com referência a educação, as escolas, a fim de que possamos educar o nosso filho, a nossa criança.

O governo brasileiro tem as leis para o seu povo, porém não as cumprem, como você está vendo, e como as outras lideranças estavam falando. Espero que levemos nas mãos alguma coisa, algum resultado, bom para nós, para a nossa comunidade, porque é tão difícil, quanto tempo nós esperamos? Tanta promessa, tanta promessa e nunca chega nenhum benefício que pedimos, que queremos ou esperamos. Então, esta Casa, pelo menos, hoje, conheceu a nossa cara, a nossa fala. Eu quero começar desse ponto, dizendo que estou contente. Também não conhecia o Ministério Público, e hoje estamos todos juntos. Hoje em dia eles são parceiros nosso. Hoje algum Deputado desta Casa nos ouve. Então esse momento eu estou contente, e esperamos algum resultado, que seja aquele que nós queremos, aquele que nós pedimos a vocês. Queremos que vocês atendam essa emergência, porque há muito tempo a gente pede isso. Pelo menos o ensino médio na nossa aldeia, a fim de que tenha condições dos nossos filhos estudar. É o direito de todos, e a lei está na mão de vocês. Portanto peço que isso aconteça, que o nosso pedido já chegue de imediato. Não queremos esperar muito tempo como as outras lideranças colocaram. Essa é a lei que já foi... garantiu para nós, foi aprovada. Não sei aonde foi escondido esse nosso pedido que até hoje estamos esperando e o tempo estar passando. Então, que sejamos atendidos pelo menos no que estamos pedindo para poder levarmos de imediato, que é essa educação escolar para nossa aldeia. Algum lugar tem para construir uma sede para a escola, em algum lugar a pessoa estuda, ensina seu filho, até debaixo de uma árvore. Então tudo isso que acontece, espero que seja... não vou repetir bastante.

Agradeço esta Casa que me deu a oportunidade de representar a população indígena Suruí, de Cacoal.

Obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado Almir Suruí.

Com a palavra, Firmino Arara. Além do Firmino, tem mais alguém que quer usar a palavra? Tem mais duas pessoas que pediram a inscrição.

O SR. FIRMINO ARARA - Bom dia a todos.

Vou falar um pouco no meu idioma para o nosso povo aqui para mostrar a eles que ainda existe idioma nessa terra, para nós todos, viu Deputado? Língua Tupi Rama-Rama.

(Fala na Língua Rama-Rama)

Senhores e senhoras, vou repetir o que eu falei para o nosso povo no nosso idioma.

Nesta oportunidade estamos focando mais a educação, no sentido de fazer o concurso diferenciado para os nossos professores para concorrer em concurso público. É necessário concorrer com concurso diferenciado para os nossos professores indígenas. Estamos pedindo também mais informação sobre o AÇAÍ II. Onde que está esse recurso? onde está amarrando esse recurso? Por isso que nós viemos mais aqui, procurar os nossos direitos, todo mundo tem os direitos ao Ensino Fundamental igual ao branco, o

índio tem também, por isso falamos a esta Casa para realizar o mais rápido possível esse Ensino Médio para implantar nas aldeias. É isso que a gente pede, que seja realizado o mais rápido possível. Queremos que implante o Ensino Médio na aldeia, não na cidade. Viemos de longe, da aldeia, ninguém mora na cidade, a gente veio por conta própria mesmo, não tem quem reponha os nossos gastos.

Outra coisa, parente. Onde está a lei que protege o índio, que está matando os índios por aí, no Mato Grosso do Sul? estamos acompanhando, até a Polícia Federal está embargando, está tirando o direito dos índios desses Estados. O que queremos dizer para vocês é que daqui uns tempos... a gente está caindo, está matando os índios, está tirando todos os direitos dos índios, de todo mundo... Como é que vai ser se revogar essa lei? como os índios vão ser protegidos? É isso que eu queria deixar claro, só isso.

Bom dia. Até à tarde.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado, senhor Firmino. Com a palavra o senhor Delson Konsaupe.

O SR. DELSON KONSUAPE – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Cláudio e as lideranças indígenas aqui presentes. Eu gostaria de ressaltar e reforçar a fala das lideranças indígenas que aqui se prontificaram a falar em relação à questão da realização do Açaí II. Gostaria que esta Casa de Leis se comprometesse a agilizar de fato e articular a realização do Açaí II e também articulasse a realização da formação continuada dos professores indígenas do Estado de Rondônia. Então ressalto aqui, apenas reforçando a fala das lideranças indígenas, que esta Casa de Leis se comprometa em estar à frente desta articulação. E articulasse também o cumprimento do concurso público que é o dever do Estado. Portanto que esta Casa de Leis, faça com que o Estado cumpra o seu dever, as suas obrigações em relação a isso. E também relacionado ao reconhecimento das escolas indígenas com toda a estrutura nas comunidades indígenas. Lembrando que o Wellington ressaltou em relação à questão da criação da Secretaria dos Povos Indígenas do Estado de Rondônia, que também nos encontros regionais já vinham sendo encaminhadas as propostas relacionadas e nunca obtivemos resposta relacionada a isso. Se eu não me engano, senhores, no final do ano passado houve uma discussão, um encontro dos povos indígenas do Estado de Rondônia e entre outros segmentos da sociedade civil, onde foi discutida a possibilidade de se criar uma Coordenadoria dos Povos Indígenas do Estado de Rondônia como um todo. Segundo informação que tivemos, é que só faltava o Governador assinar essa Coordenadoria, ou seja, a criação da Coordenadoria dos Povos Indígenas e peço aqui aos senhores Deputados que verifiquem isso junto ao governo e articulassem para que possa haver agilidade na assinatura da criação da Coordenadoria dos Povos Indígenas. Se realmente isso é fato, que isso seja verificado o mais breve possível. E lembrando que a Coordenadoria dos Povos Indígenas seria um instrumento a mais para direcionar as políticas públicas voltadas para os povos indígenas, independente de quaisquer situações.

Obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado, companheiro Delson.

Com a palavra o companheiro Sena Gavião e em seguida a Márcia, que já pode ficar próxima para nós ganharmos tempo.

O SR. SENNA GAVIÃO – Bom dia a todos os nossos parentes, o Gavião, o Araras, mais etnias que lutam pelo o nosso direito indígena, nosso companheiro, nossa autoridade também. Não vou falar muito. Os parentes, as autoridades já discutiram bastante os nossos direitos. Por isso nós estamos agradecendo a esta Casa, primeiramente porque nós indígenas fomos convidados, principalmente porque aqui é bom para discutir os nossos direitos. Por isso nós estamos agradecendo a todos vocês. Está bom? Ok?

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Ok. Companheira Márcia, e seguida o Milton.

A SRA. MÁRCIA – Puranga ara é bom dia em nheengatu. Nheengatu foi uma língua utilizada no Brasil para escravizar os povos indígenas. E hoje, vários lugares da Amazônia, como São Gabriel da Cachoeira é utilizada como uma língua indígena, pois esses povos indígenas perderam a sua língua materna porque a sua cultura foi violentada e continua sendo violentada. Chegaram ao ponto de ter que adotar outra língua. Eu sou do povo indígena Mura. Meu povo habitava no Rio Madeira e foi exterminado desde o século XVIII, porque ele foi uma barreira contra a entrada dos portugueses e dos espanhóis na Amazônia. Hoje vários povos ressurgem na Amazônia. Existe Mura em Manicoré, existe Mura em Humaitá, existe Mura em várias bocas de lagos e rios da Amazônia que estão ressurgindo e lutando por seus direitos e eu me uno a eles nesse ressurgimento. Eu trabalhei com a educação escolar indígena na SEDUC aqui de Porto Velho. Trabalhei em 2010, 2011, e fiz parte de uma comissão de implantação do ensino médio no Estado de Rondônia. Foi uma briga que nós fizemos junto com os povos indígenas, com as lideranças indígenas para que fosse feito uma consulta nos territórios indígenas para que eles dissessem que tipo de ensino médio eles queriam. E foi formada uma equipe com Portaria, da qual eu fazia parte. Fomos em cada escola indígena, aonde nós vimos o estado precário das escolas, sem estrutura nenhuma. E foi feito todo um trabalho de levantamento. Como os povos indígenas vão vindo às comunidades e infelizmente aquela gerência que ocupava o cargo no momento saiu, tudo foi engavetado. Não sei, hoje, qual é o encaminhamento que vem sendo dado em relação isso, pois não faço mais parte do quadro da SEDUC.

Faço doutorado em História Social na USP e quero enfatizar aqui a fala do Deputado Cláudio Carvalho quando diz que a partir do momento que os povos indígenas não têm acesso à educação nem acesso à saúde e aos seus direitos, à garantia dos seus territórios, nós estamos negando nossa história. Eu faço história, estou fazendo doutorado em História Social na USP e escrevendo a história que foi apagada sobre os povos indígenas, reconstruindo a memória dos Muras que ocuparam o Madeira e reescrevendo, aliás, escrevendo uma outra história indígena, a partir da percepção do indígena e não do não indígena. E índio é um termo genérico que foi dado pelo colonizador, o que nós temos no Brasil são povos indígenas, diversidade indígenas, diversas línguas, diversas culturas do qual nós brasileiros desconhecemos. Eu quero dizer que é um grande desrespeito, é um crime que está sendo cometido

pelo Estado em não oferecer ensino médio específico e diferenciado no Estado de Rondônia. Nós temos 105 escolas indígenas registradas no senso, na SEDUC e temos aproximadamente 3.300 a 3.500 alunos, nos territórios indígenas que estão sem ensino médio já esperando há mais de um ano, dois anos, três anos. Os Karitianas passaram dez anos lutando para que o Ensino Médio fosse implantado na sua aldeia e ainda assim funciona com precariedade porque não é garantido o direito que está na legislação indígena. Então, é de extrema urgência que o Ministério Público averigue o que está acontecendo e cobre junto às outras instâncias legais a implantação urgente do ensino médio, mas não um ensino médio de qualquer forma, de qualquer jeito e sem nenhuma estrutura. Já existem muitos documentos, muitos relatórios, muitos embasamentos que vem dos povos indígenas na SEDUC que garante uma construção de ensino médio específico e diferenciado. Portanto é preciso que se cobre a composição de uma equipe de educação escolar indígena na SEDUC que realmente entenda sobre povos indígenas, que tenha conhecimento mínimo sobre a história dos povos indígenas.

Quero registrar aqui a minha indignação pelo magistério indígena que é negado nesse processo de formação, uma própria formação da história dos povos indígenas que não é dada neste curso e quem faz e fez o curso sabe disso. Então chega de desrespeitos e chega de omissão. Eu convoco todos para que as coisas sejam averiguadas e cobradas e colocadas em prática.

Obrigada.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) - Obrigado companheira Márcia.

Vamos ouvir o companheiro Milton, em seguida o Deputado Ribamar Araújo, e depois vamos retornar à Mesa para cada um componente da Mesa fazer seus encaminhamentos.

O SR. MILTON ORO NAO – Bom dia parentes, a todas lideranças que estão aqui presentes, e as ONGs que trabalham diretamente com as causas indígenas. Quero agradecer a Mesa, as autoridades e também ao Deputado Cláudio Carvalho parabenizar por esta audiência ter acontecido.

Vou ser breve, já que foram colocados todos os pontos tratados, principalmente com relação a educação que se fala hoje, sabendo que a nossa educação indígena está numa situação precária. Eu gostaria de fazer um retrospecto aqui lá de Guajará-Mirim, onde aconteceu a Sessão itinerante. Eu estive lá, quando todos Deputados se prontificaram em tirar a Secretária da Educação, me parece que não conseguiram, imagine nós indígenas, querendo tirar essa pessoa? Então, assim, fica muito chato ver uma pessoa que é autoritária, que parece uma ditadora. Portanto ficamos tristes por uma pessoa que poderia estar ajudando a educação hoje, cada vez ela está se aprofundando mais para baixo. Então, não temos muito a falar, mas ficamos felizes de ver algumas lideranças que partiram com seus próprios recursos aqui para estar debatendo, ouvindo, colocando as reclamações, as nossas reivindicações.

Lá em Guajará-Mirim, eu falo do meu município Guajará-Mirim, porque é o próprio órgão que cuida dos povos indígenas, a FUNAI, não está tendo mais condições de dar apoio para alguma viagem, para algum deslocamento de liderança para estar participando de uma audiência como esta que é tão importante. Nós precisávamos de muitas lideranças estarem aqui discutindo,

colocando as reivindicações. Hoje a FUNAI está fragmentada, não está dando mais apoio, não está dando mais condições para uma liderança se deslocar de um lugar para outro para está colocando as suas reivindicações. Então com isso a gente fica triste também em ver que o nosso próprio órgão não está ajudando os indígenas. Eram essas as minhas colocações, e quero agradecer... vou dizer, meu Vereador Arão e também o cacique da terra indígena Guaporé, o José Augusto, só nós três conseguimos chegar aqui, e se não tivéssemos o nosso vereador... Então era essa a minha colocação. Esperamos em breve o resultado dessa audiência. Que seja convocado o Governador para estar tratando de assunto de nossa educação, a qual estamos precisando hoje, principalmente o concurso público que está engavetado, atrapalhado. Não sabemos qual é a postura do governador hoje, mas estamos aguardando. Eu sou professor também, trabalho na educação, a gente vê que a situação da educação hoje não está boa. A gente acha tão engraçado que quando o governo coloca uma escola, quando constrói uma escola na aldeia indígena fala que está construindo escola, então a gente vê que é uma mentira total, ele consegue enganar o povo, enquanto o povo está ali sofrendo. Então essa era a minha fala, e agradeço o Deputado Cláudio Carvalho por essa convocação, por essa Audiência.

Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado companheiro. Agora Antônio Purubora, em seguida o Adriano Karipuna.

O SR. WELLINGTON TINHAWAHNBA – Purubora, antes de você falar eu queria ver com o representante do Canindé se tem alguém que quer falar aí, para não dizer que foi convidado mas não deram a palavra para vocês. Tem Canindé aí? Vocês querem falar alguma coisa parentada? Não, né. Está bom, então.

Obrigado.

O SR. ANTÔNIO PURUBORA – Quero cumprimentar a Mesa e o Deputado, eu estou gordinho, mas não estou uma bola não, tá Deputado, e demais parentes presentes.

Deputado, eu vou ser bem explícito, até porque as lideranças que me antecederam já foram bem claras com o objetivo da nossa assembleia, dessa audiência. Então eu não vou ser repetitivo, só quero elencar alguns pontos que eu acho de importância também, principalmente que essa Mesa faça encaminhamento a FUNAI, a Terra Legal que forneça todas as terras de hoje que estão em estudo no Estado de Rondônia para que não haja conflito depois na regularização dessas terras. O segundo ponto também seria uma Emenda a Constituição do Estado de Rondônia para que contemple nelas as questões indígenas, porque hoje a parte que se refere às questões indígenas são emendas que ferem a Constituição Federal. O artigo 231 e 232, não tem nada de específico quanto a questão indígena no Estado. Em segundo plano, Deputado, também que solicite à Secretaria de Educação todos os recursos aplicados em relação a educação escolar indígena, tanto estadual como federal, porque aqui como foi elencado, hoje a situação que a educação escolar indígena se encontra no Estado de Rondônia e a falta de respeito que a Secretária de Educação e todos os funcionários da educação tem com relação aos povos indígenas. O nosso amigo Milton, o parente quero assim dizer, quando disse “nem os Deputados

conseguiram retirar a secretária de educação”, eu vou mais uma vez, eu vou além. Essa Casa não conseguiu tirar a Secretária de Educação porque não quis, porque se quisesse se quisesse, tem poder para isso. O Governo, esta Casa também faz parte, está compactuando com que esse Governo vem fazendo no Estado de Rondônia. Então nós precisamos como povos indígenas ter também postura desta Casa de Leis, porque para isso, nós também votamos, senhores, votamos nesse governador que está aí com uma secretária autoritária como o parente colocou ali, uma ditadora com relação aos povos indígenas. Eu só quero citar um exemplo aqui: nós tivemos várias reuniões com a Secretária de Educação onde tinha também Deputados desta Casa presentes, e a resposta da Secretária de Educação junto com o pessoal da Casa Civil foi demitir todos os executores e indigenistas. Pessoas essas indicadas pelas suas comunidades para está representando a educação escolar indígena nos municípios. Hoje nós não temos essas pessoas dentro do núcleo de educação porque a Secretária de Educação disse para nós, e disse também, eu não me lembro do nome do Deputado, que hoje ela tem uma equipe competente para fazer isso. Mas essa não é a educação que nós queremos, nós queremos uma educação na qual os povos indígenas tenham a participação e faça do entendimento dos povos indígenas para os não indígenas que venham cumprir isso direito, não essa educação que venha de cima para baixo.

Outro ponto, que eu quero até me referir ao Dr. Rafael, com todo respeito. Há três anos, a Dra. Lucina, quando Procuradora da República identificou cento e dez casos de violação aos direitos dos povos indígenas aqui no Estado de Rondônia. Quer dizer Senhor Procurador, que falta de conhecimento não é, e também conhecimento das causas. O que o Ministério Público tem feito de concreto com relação a esses encaminhamentos? Eu acho que é hora de dar uma resposta também aos povos indígenas do Estado de Rondônia. Eu quero reforçar mais uma vez o que o Antenor colocou, Deputado. Eu acho que hora também de nós pedirmos a substituição da Secretária de Educação, as reformulações dos núcleos de educação escolar indígena, e a saída da atual coordenadora do núcleo de educação escolar indígena. Eu acho que no final, o Edson, vai protocolar um documento.

Eu só quero agradecer mais uma vez.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado companheiro Antônio.

Agora com a palavra Adriano Karipuna.

O SR. ANTÔNIO KARIPUNA – Muito bom dia! Agradeço a Comissão Organizadora por se fazer presente aqui nesta Tribuna para relatar ou reivindicar os nossos direitos assim como diz no linguajar popular.

Eu me chamo Adriano Karipuna, sou representante da Associação Indígena, Militante da Saúde Indígena, mas o rol aqui é a educação indígena que é uma necessidade igual para todos, não tem diferença, não por questão de aldeia, nem por distância. Bom, para não ficar muito repetitivo Deputado... todos nós sabemos que a necessidade é uma só, sendo que nós não deveríamos estar aqui falando para não ser uma coisa só das comunidades indígenas. Mas como foi dito que a Secretária não se faz presente e muito menos alguém responsável daquele setor para responder com êxito ou informar com clareza a esta Tribuna

o que está acontecendo referente à educação indígena. Há muito tempo, não vou ditar os anos nem os meses, mas há muito tempo a gente vem pedindo socorro, reivindicando os nossos direitos referente à educação indígena voltado para as comunidades indígenas que faz parte do nosso Estado de Rondônia. No entanto até o presente momento, sendo hoje dia 25, nessa Tribuna, não foram acatados a nossa proposta referente à educação indígena. Uma dessas reivindicações com referência a educação indígena, chama-se implantação do ensino Médio nas nossas aldeias. Implantar de conformidade a necessidade de cada aldeia. Até o presente momento ninguém respondeu se vai fazer o que está acontecendo e muito menos, temos pouca participação da equipe técnica com relação a questão da educação indígena para ir à aldeia para ver e acatar a nossa reivindicação. São tantas coisas que aconteceram, que se fizermos uma retrospectiva referente à comunidade indígena... não leva isso em conta, mas o Estado tem muito a dever, tem muito a dever na questão da educação, da saúde, de sustentabilidade, de proteção territorial, porque isso está dentro do Estado também, e também na esfera federal. Muitas vezes nossos problemas não são resolvidos, e dizem ainda que nós somos os indígenas, são atrapalhadores do desenvolvimento do país. Eu discordo, apenas estamos querendo fazer prevalecer o que está na Constituição Federal no artigo 231, no artigo 232. Ainda falando em educação, querendo que prevaleça o que está inscrito na LDB, que é o ensino básico, e isso não está funcionando. Se eu estou correto, então rasgue aquela página e outras páginas também, que existe o direito garantido para as comunidades indígenas. Os indígenas são um atrapalho, se nós estamos reivindicando, fechando BR como pode acontecer a qualquer momento, então rasgue essa Lei, porque não foi eu que criei a Lei, quem criou foi Congresso Nacional, isso está ratificado desde 1988. Então, eu quero deixar nessa Tribuna, que seja registrado. Os nossos direitos tem que ser garantidos de acordo com que está na Lei, porque não fui eu que criei a Lei. Isso vem se discutindo há muito tempo, e essa Lei está parada, e muitas das vezes os indígenas não são escutados, muitas vezes nós temos essas dificuldades também de poder vir reivindicar os nossos direitos, seja na Câmara Municipal, seja na Câmara Federal, seja no Senado, seja até mesmo aqui, onde fazemos parte deste Estado. Eu vou jogar uma responsabilidade como usuário do órgão público, falando de todos os setores dos quais eu citei, Saúde, Educação e Sustentabilidade, Segurança de Território Indígena. Que nossos companheiros Deputados, possam ver isso com muito carinho, porque nós também pagamos impostos, nós também somos eleitores, e a partir do momento que nós compramos, ou viajamos, compramos alguma coisa no mercado, nós também estamos contribuindo com os impostos. E também o procurador, o procurador tem que está a par da situação de tudo que está acontecendo, porque quem avalia todos os recursos, a rubrica, falando em dinheiro, é o procurador, seja Federal, Municipal e suas equipes técnicas. Então existe a falta de comunicação entre Poder Executivo e o Poder Legislativo, e é necessário que haja esse diálogo para poder rever a situação referente a educação indígena, a saúde indígena, a segurança da proteção territorial e assim sucessivamente. Existe muita coisa, mas como o foco aqui é a educação indígena precisa-se olhar com muito carinho. Há muito tempo chegamos, e muitas das vezes morremos no cansaço, como diz o ditado; "a gente pode, eu posso, tentei, mas eu não vou parar". Então acho que é isso, Deputado Cláudio Carvalho.

Agradeço muito pela oportunidade de falar aqui nesta Tribuna. Mas temos que ver com muito carinho, pegar os contatos das pessoas, do parente Wellington, e das pessoas que estão aqui, para rever com muito carinho... e com certeza vamos recebe-los em nossa aldeia, para ver a nossa necessidade porque uma coisa e a gente falar, outra coisa é ver a necessidade de cada povo, qual é a realidade, qual é a realidade da escola, da infraestrutura da escola, o que está faltando na escola. Às vezes é falta de diálogo.

Meu muito obrigado e até a próxima.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado Adriano. Já tinha encerrado os apartes, mas o Alexandre Suruí pediu a palavra, vou conceder.

O SR. ALEXANDRE SURUÍ – Eu só queria agradecer a Vossa Excelência que abriu esta Casa para nós estarmos reunidos hoje aqui. E também queria aproveitar essa oportunidade Senhor Deputado... também sou um professor da minha aldeia, pela lei fui convocado pelo o meu povo como executor para acompanhar a educação indígena na REN, na representação em Cacoal e onde eu acompanhava a demanda da educação escolar Suruí, na região e, onde todos os executores acompanhavam a educação da sua região, onde nós cobramos a Secretaria que fosse melhorada a educação. Fomos perseguidos como o Antônio Puruborá tinha dito ai, fomos perseguidos, nos tiraram da REN, lutaram para nós da aldeia não falasse mais nada ali. Então nós achamos que estávamos fazendo o papel da comunidade ali, sabemos que nós não somos funcionário dela, apenas somos funcionários da nossa comunidade, e recebemos do Estado o direito como todos tem, e hoje a educação... onde tinha executores, pelo menos lá no meu, eu tenho conhecimento que a escola não tem um acompanhamento pedagógico por falta de um veículo. O Estado comprou diretamente para as escolas indígenas, mas não tem pneu, se quebra fica por ali mesmo, combustível tem aquela regra de cotação, de cartão, então dificulta. Se a educação não indígena tem dificuldade, muito mais tem a indígena. São essas as minhas palavras, Deputado.

Obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado companheiro.

Agora convido para fazer uso da palavra o Deputado Ribamar Araújo. Enquanto isso, cumprimento a Mara Valverde, agradeço sua presença aqui. A Mara é funcionária da Assembleia Legislativa, e quero dizer Mara, que dedico essa Sessão de Audiência Pública ao nosso eterno Deputado Eduardo Valverde que era um dos Parlamentares de Rondônia que sempre estava nessa luta dos povos indígenas. Portanto, eu peço uma salva de palmas e dedico essa Audiência Pública ao eterno Eduardo Valverde.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Exmº. Sr. Deputado Cláudio Carvalho, Presidente dos trabalhos e proponentes dessa Audiência Pública; Exmº. Sr. Raphael Beviláqua, Procurador da república e representante do Ministério Público Federal; Exmº. Sr. Vereador Arão, da Câmara Municipal de Guajará-Mirim, a quem quero cumprimentar e mandar um abraço a outro irmão Vereador lá de Guajará-Mirim, o Nham-Pa, e a toda a comunidade, tanto indígena e não indígena lá do município de Guajará-Mirim; Exmº. Wellington,

Presidente da Comissão Nacional Política Indigenista – CNPI; Sr. Antenor Karitiana, meu amigo Antenor Karitiana, Presidente da Comissão das Organizações Indígenas do Estado de Rondônia; a Sra. Jandira Keppi, Coordenadora do Conselho de Missão Indigenista – COMIN; e a Emilia Atline, Membro do Conselho Indigenista Missionário. Cumprimento os funcionários da Casa; a imprensa. Cumprimento todos os irmãos indígenas e não indígenas presentes nesta Audiência Pública. Cumprimento e parabênz o Deputado Claudio Carvalho por esta propositura tão importante, não somente pelo tema indígena, mas acima de tudo porque as Audiências Públicas tem dado oportunidade aos mais diversos setores e aos mais diversos segmentos, uma discussão mais apurada a respeito de todos os problemas. E nessa Audiência Pública, Cláudio Carvalho, falo com certa propriedade, porque sou um Deputado que participo de praticamente de todos os trabalhos desta Casa, e das Audiências Públicas não é diferente. É impressionante que a reivindicação dos nossos irmãos indígenas são as mesmas reclamações dos nossos irmãos não indígenas. Tivemos outras audiências públicas a respeito de como se nega os direitos mais elementares do nosso povo de um modo geral, não só dos indígenas e a gente vê nas mais diversas discussões sempre se chega a uma conclusão, conclusão essa que nem sempre o povo brasileiro está atento e aponta como principal fator a questão da desonestidade de quem nos comanda, substituindo esse termo político por quem nos comanda. Seja quem nos comanda no Executivo, seja quem nos comanda de qualquer maneira, que dirige o destino do nosso povo no Congresso Nacional, nas Assembleia Legislativas e nas Câmaras Municipais. E se não fosse, talvez, a desonestidade desses que nos comandam, não existisse aqui nesta Casa também as mais diversas reivindicações de direito tão elementares, mas mesmo com direito elementares, direitos esses que são negados ao nosso povo. Eu falo com propriedade e falo com envergadura moral porque eu tenho a consciência tranquila e se todos tivessem o nível de honestidade e o nível de consciência, que graças a Deus eu tenho, muita coisa, muitos direitos dos nossos irmãos não lhe era negado. Aliás, se existe um homem indignado com a condição de vivermos num território tão privilegiado pela natureza, mas que devido, usando o termo mais baixo, e até meio chulo, se não fosse a safadeza dos nossos políticos, de quem nos comanda, esses direitos elementares não seriam negado ao nosso povo. E nem os irmãos brasileiros, seja ele indígena ou não, teria motivo para tanto atrito e muitas vezes tanta briga em busca dos seus verdadeiros direitos.

Eu queria chamar a atenção, a representante da FUNAI infelizmente, não quis se manifestar aqui, talvez envergonhada meus irmãos indígenas porque é um órgão que, infelizmente, há muito tempo deixou de ser representante verdadeiramente dos povos indígenas para muitas vezes ser representantes dos interesses internacionais. E muitas vezes irmãos, falta também de vocês irmãos indígenas, não só reivindicar isso que é mais elementar entre vocês, que é saúde, educação, que é um direito básico, que está assegurado na nossa Constituição, mas acima de tudo vocês não aceitem muitas vezes serem usados, muitas vezes por discursos demagógicos de gente da FUNAI, de gente da política que estão muito mais a serviço de interesses internacionais do que a serviço do Brasil. Essa FUNAI demonstrou isso ao longo do tempo e, talvez, seja por isso meus irmãos, que o Congresso Nacional esteja reivindicando para ele a questão da demarcação das terras indígenas, porque houve ao longo do tempo tanta

safadeza desse órgão muitas vezes usando laudos antropológicos mentirosos, falsos, para demarcar as terras indígenas, segundo eles, usando o nome dos indígenas aonde nunca existiu nenhum índio, mas que tem muito minério. Isso somente para atrapalhar o nosso país, para contemplar exatamente os interesses internacionais. Os nossos irmãos indígenas precisam ser tratados, Antenor Karitiana, com dignidade como qualquer outro irmão brasileiro. O que adianta os nossos irmãos indígenas como os Cinta Larga está em cima da maior mina, da maior reserva mineral, do mineral nobre como é o diamante e ver os nossos irmãos indígenas morrendo de fome e de outras coisas mais e de doenças? Para que adianta isso? Isso é hipocrisia, isso é safadeza. E eu quero me referi aqui ao Dr. Procurador da República. Uma das piores coisas deste país para nossa população é ter que cumprir leis mal feitas, mal elaboradas e muitas vezes feitas por quem não entende, não conhece a realidade do povo ou porque é mal intencionado, muitas vezes de Brasília, sem saber muitas vezes para qual lado fica Amazônia, fazendo leis para nós amazônidas cumprir. E uma das coisas que eu mais lamento Procurador, o senhor que é muito jovem, é quando uma pessoa investida em um cargo que julga as pessoas ou que dirige os destinos das pessoas e muitas vezes julgam somente pelo que ver no papel. E infelizmente, no país de tanta hipocrisia, o que está no papel, que muitas vezes é a mais pura mentira, porque a realidade do povo é totalmente diferente. E foi assim Procurador que há tempos lutando por aquele povo, aqueles irmãos do Rio Pardo que é um Distrito de um povo que tanto sofreu com ausência do Poder Público. O Poder Público lhes negou educação, estrada, saúde e segurança. Enfim, negou tudo, mas eles deram o jeito de sobreviver. E quando estavam lá sobrevivendo chegou o Poder Público para colocá-los para fora, e eu ainda hoje agradeço ao Procurador Francisco Marinho, não sei se o Senhor conhece que passou por aqui um homem de uma sensibilidade muito grande, e a partir de uma reunião que nós tivemos com ele... naquele momento tinha representante de tudo, de FUNAI, de Chico Mendes; de Exército; de Força Nacional de Segurança, todos contra aqueles nossos irmãos que adentraram aquela mata hostil e deram o jeito de sobreviver e progredir. Todos os chamaram de bandidos. E eu disse para eles: eu vou falar como Deputado Estadual, mas falaria da mesma forma, se eu fosse representante de qualquer dessas categorias que está condenando esse povo os chamando de bandidos. Vocês não conhecem a realidade daquele povo e eu conheço e é totalmente diferente do que vocês estão pensando. E aí o Procurador ao longo de minha fala, ele começou prestar atenção naquilo que eu dizia. Ele foi vendo que muita coisa que estava inscrito no papel não correspondia a realidade. Eu disse: conheço a realidade do povo, Procurador, por dois principais motivos. Primeiro, porque vim muito debaixo. Segundo, porque me coloco sempre no lugar do povo para saber a dor que o povo sente. E aí o Procurador há uma certa altura da reunião, já depois que todos tinham falado, ele disse assim: então vamos fazer uma visita in loco a esse povo. E aí era exatamente o que eu mais queria, para que as autoridades tomassem conhecimento do sofrimento daquele povo. Fomos no dia 29 de dezembro, quando todos estavam se preparando para as festas de fim de ano, lá fomos nós, por isso que eu fiquei devendo e tenho uma profunda admiração pelo Dr. Francisco Marinho. Fomos, passamos o dia, ouvindo os mais tristes depoimentos daquela comunidade, entre elas uma família que tinha o filho com 23

anos de idade, deficiente físico, tomando leite em pó e usando fraldas. E o cidadão, pai dele, disse que só estava dando leite em pó para aquele cidadão, inclusive, doente de malária, porque não permitiam que entrasse com a vaca leiteira, apesar dele ter a pastagem para colocar a vaca e dar leite ao seu filho, tinha que comprar o leite em pó. Tudo isso o Procurador ouviu e no final das contas, às 22horas e 50minutos, já retornando, exatamente o carro do Procurador ficou enganchado naquelas pinguelas, aquelas pontes que a gente chama de pinguela. Aí completou, o Procurador saiu dali enxergando, vivenciando uma realidade que até então ele não sabia, porque só sábio o que estava escrito no papel. É assim que eu encaro essa realidade, se dependesse de mim os nossos irmãos brasileiros indígenas não sofriam o que sofrem. Nós não precisamos, vocês não precisam ser tratados da maneira que tem sido tratados, com essa hipocrisia a que as autoridades brasileiras tratam as questões indígenas. Vocês precisam ser tratados com dignidade e protestar exatamente contra aquilo. Não só o que está a um palmo na frente nossa. Por exemplo, vou contar aqui para vocês. Quando uma mulher qualquer nascida em berço de ouro, morando na praia de Copacabana, tomando os seus uísques, vivendo uma vida das melhores que a sua riqueza e as condições lhe oferecem, querendo preservar a floresta sem saber, exatamente, nem de qual lado fica a floresta amazônica... Isso, sim, meus irmãos, nós temos que protestar. O que é que adiantou demarcar aquela reserva Serra do Sol, em Roraima, e os nossos irmãos indígenas vir para a cidade para se marginalizar e as mulheres se prostituírem naquela cidade, capital de Roraima? Então, são contra essas hipocrisias, meus irmãos, que temos que lutar. Nós não podemos reivindicar só aqueles direitos mais elementares, mas nós temos que ser contra todo esse tipo de hipocrisia. E eu tenho certeza, Deputado Cláudio Carvalho, eu só queria que dependesse de mim, porque eu verdadeiramente tenho um coração brasileiro, eu não defendo determinadas causas, simplesmente, porque vira moda. Eu defendo o que é justo e o que é correto. E peço sempre a Deus que me dê sabedoria e coragem para eu sempre defender as bandeiras da justiça e da verdade.

Muito obrigado a todos vocês e parabéns a todos os nossos irmãos indígenas.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputado Ribamar pelo brilhante pronunciamento.

Nós vamos retomar a palavra à Mesa, assim, quem quiser fazer as suas considerações... Lembrando que tudo o que foi discutido, aqui, está sendo gravado e a gente está solicitando a Casa que passe para o nosso Gabinete, para depois, aos Deputados que aqui participaram, vamos encaminhar a Presidência da Assembleia para mandar aos órgãos a quem é direito.

Só lembrando, Deputado. Ontem eu estive no INCRA tentando rever um caso de injustiça de um trabalhador rural que mora em Corumbiara que é quase mil quilômetros de Porto Velho, ele mora há dez anos, um pouco mais de dez anos em um sítio assentado pelo INCRA e houve uns problemas lá, uma outra pessoa entrou na Justiça dizendo que era o dono. Essa outra pessoa era o dono, o proprietário desse imóvel. E saiu uma ordem judicial e ele está para ser despejado a qualquer momento. Eu tentei reverter isso no INCRA, mas é algo que precisa ser revisto na Justiça. Eu estou tentando entrar em contato com o Defensor Público da região para que possa fazer essa defesa, para que essa

família não saia daquilo que já tem garantido como seu, e passar a morar na Zona Urbana com todos os riscos e perigos que hora é pertinente a uma pessoa que sempre viveu na Zona Rural e, talvez, tenha que retomar a cidade sem uma perspectiva. Portanto, passo à Mesa, aos componentes da Mesa. Começando com o Antenor Karitiana para que possa fazer o seu posicionamento final.

O SR. ANTENOR KARITIANA – Eu queria só agradecer essa Audiência Pública que nos foi proporcionada pelo o Deputado Cláudio Carvalho, e os demais Deputados que se encontram, se não se encontram vão ouvir essa reivindicação, afirmar o encontro com o Governador do Estado de Rondônia, onde todos os povos Indígenas do Estado trarão suas reivindicações. Ele foi lá ao povo Karitiana, na Aldeia Karitiana, ele fez, prometeu e não terminou, não concluiu o Projeto e nós queremos reivindicar sobre isso. Por que parou? o que aconteceu? Porque ele sempre reivindica, falava diretamente com as lideranças indígenas. Rapidinho os Assessores... eu acho que tamparam a boca deles, não sei o que aconteceu. Então, eu queria agradecer esta Casa, e pedimos apoio para os povos indígenas do Estado de Rondônia.

Obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado Antenor. Convidamos para fazer as considerações finais a senhora Jandira Keppi, Coordenadora da COMIN.

A SRA. JANDIRA KEPPI – Deputado Ribamar Araújo, esse aqui é um espaço democrático onde todos podem falar. Então eu só queria dizer que eu lamento que o senhor tenha essa compreensão de que, talvez, o Congresso Nacional tenha razão de puxar pra si a competência para demarcar as terras indígenas. Eu acho que isso é um equívoco. A FUNAI tem tentado de todas as formas demarcar as Terras Indígenas. A Presidente Dilma é um dos Presidentes que menos tem demarcado terras indígenas no Brasil. Então essa argumentação de que há uma farra de demarcações de terras indígenas promovidas pela FUNAI é inverídica.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Questão de Ordem, Senhor Presidente. Eu reitero tudo o que falei aqui sem tirar uma só vírgula. É que eu tenho vergonha na cara e sou brasileiro de verdade.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Ok. Vamos dar sequência, vamos ouvir as considerações finais do nosso Vereador de Guajará-Mirim, Vereador Arão.

O SR. ARÃO ARORAM – Sr. Deputado, eu quero só agradecer o espaço, e dizer que um dos pontos que foi discutido que é sobre a questão da Educação, do Concurso, pedimos que a Casa o mais rápido possível junto com as nossas lideranças indígenas, o Ministério Público com a Assembleia Legislativa, os Deputados, agilizem a realização do concurso. Porque sabemos que o ano que vem já é ano político, e vai complicar ainda mais a situação para as populações indígenas do nosso Estado.

Obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado Vereador. Lembrando que tudo que foi discutido aqui vai ser elaborado um documento, vou pedir à minha Assessoria para elaborar um

documento para as Entidades e em seguida chamarei todos que participaram, principalmente da Mesa, as principais lideranças, para que a gente possa conferir essa documentação, e encaminhar ao Governo do Estado, as Secretarias e todas as Entidades aonde for necessário o encaminhamento desta documentação.

Convido o senhor Wellington, Presidente da Comissão Nacional de Políticas Indígenas para que possa fazer as suas considerações.

O SR. WELLINGTON TINHAWHNB – Bom, eu quero agradecer, principalmente, o Deputado Cláudio Carvalho, por essa iniciativa de convocar Audiência Pública para tratar a questão da educação escolar indígena do Estado de Rondônia. Com certeza o que foi falado aqui queremos realmente resultados positivos, para que o Estado, as Secretarias de Educação cumpram o que a legislação, tanto a Constituição Federal como também a Lei da educação do Estado, a educação escolar específica para populações indígenas seja realmente cumprida pela Secretaria, pelo Estado.

Agradeço a participação das lideranças indígenas, de cada etnia, Guajará, Porto Velho, Ji-Paraná, Cacoal e apesar de que não veio Alta Floresta, deu problema nas passagens deles; de Vilhena também não vieram, os representantes e demais parceiros presentes aqui neste momento como CIMI, COMIN e companheiro Arão, vereador e demais lideranças, instituições, parceiros, como o Canindé e demais presentes. Eu quero também ressaltar a fala do companheiro Deputado Ribamar, para que nós possamos companheiro Cláudio, convocar outra audiência pública para tratar o que foi falado pelo companheiro. Aqui nós falamos referente à educação, apesar de que nós explanamos um pouco cada tema que atinge a questão indígena, como algumas emendas constitucionais de alguns Parlamentares do Brasil e para a gente também conhecer a realidade dos territórios, as reivindicações de cada etnia de cada Estado. Com certeza companheiro Deputado, pela falta de entendimento, de conhecimento, se eu fosse um parlamentar, se eu fosse um representante de alguma categoria, eu tenho certeza que eu ia falar de uma maneira que você falou. Pela falta de conhecimento falamos sem muito propriedade, sem muita profundidade da realidade enfrentada pelo povo indígena. Porque que eu falo isso? Porque hoje, várias etnias com certeza no Brasil, não só aqui do Estado de Rondônia, vem reivindicando a retomada da demarcação do seu território, por um motivo, por uma razão. Porque o tempo que o Brasil foi colonizado, invadido, cada etnia, que não tinha a sua existência se escondia na sombra de alguém, e hoje como a Constituição Federal garante o direito de cada um de nós, não só dos indígenas, queremos que realmente seja aplicada na prática, respeitando, oferecendo dignidade a vida de cada um de nós. Por esse motivo, tem várias terras indígenas demarcadas e também reivindicadas para serem demarcadas e tomadas. E se for transferir a demarcação das terras indígenas para o Congresso Nacional, é uma estratégia que o Governo tem para paralisar toda a demarcação das terras indígenas no Brasil, e essa é uma questão estratégica que o Governo quer armar. Aquelas pessoas que tentam demarcar, retomar sua terra tradicional perdida, com certeza não vai ser demarcada mais. E eu como índio, com certeza continuo lutando para que o Estado, o Município respeite esta Bíblia da terra para o Governo aplicar. Para respeitar ela vou até o fim, porque nós não queremos fazer discurso apenas como políticos, nós queremos que seja aplicado qualquer lei que ampara o direito do cidadão, que seja cumprido e respeitado. É isso que

nós queremos, eu como liderança, com certeza eu quero, apesar de que não sou não índio, eu quero que o Estado tenha vergonha de violar o que foi construído com a coletividade, com opinião coletiva, não só na área de demarcação da terra indígena, mas na área social, que é educação, a saúde, segurança pública. O oferecimento do projeto de sustentabilidade para cada um de nós, porque não é só para os indígenas que estão com essa precariedade. É isso que eu quero deixar bem claro, e agradecer também a presença do companheiro Raphael do Ministério público. Espero que você companheiro, se dedique, olhe também a Constituição para que seja cumprido, porque nós não podemos falar por cima das coisas que garante o destino e o projeto de vida de cada cidadão brasileiro, nós temos que abrir a página do que significa a legislação, o que significa a construção de política através da Constituição o que a lei que ampara o direito de qualquer cidadão brasileiro.

Muito obrigado e até o próximo encontro.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Eu queria me dirigir ao irmão Wellington. Talvez, tenha ouvido na minha fala que eu disse: “que uma das piores coisas é uma população cumprir uma legislação muitas vezes mal feita”, e a Constituição Federal que o senhor está com ela aí na mão, depois que foi sancionada já recebeu em torno de 70 Emendas. O que será que está errada, a Constituição que não foi bem feita ou será a maldade dos que querem alterar a Constituição? Fica essa pergunta aí no ar.

Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado.

Agora vamos ouvir a companheira Sra. Emília, membro do CINI – Conselho Indígena Missionário.

A SRA. EMÍLIA ATLINE – Nosso tempo está avançado e para finalizar a minha fala, eu queria dizer que confirmo as últimas palavras da Jandira, pelo COMIN, dita com relação à demarcação das terras indígenas. Reafirmo o compromisso do Conselho Indigenista Missionário, a posição do Wellington Gavião que representa aqui a CNPI, que o Governo Dilma nos seus três, dois anos e meio, nunca manteve diálogo, cortou o diálogo.

Quero dizer também que o Parlamento Estadual e o Congresso Nacional têm o dever de devolver as terras, os territórios tradicionais aos povos indígenas a quem sempre tiveram presentes nesse território brasileiro e dizer ainda que o Parlamento Estadual e o Congresso Nacional têm o dever de começar a trabalhar com o diferente, porque cada povo indígena é diferente, tem suas culturas, seus costumes, suas crenças e suas tradições. Ou nós começamos a trabalhar respeitando essas diferenças ou nós vamos continuar cometendo o nosso crime de desrespeito aos direitos humanos. E ainda quero dizer e confirmar o que eu até tinha escrito aqui para falar nas minhas últimas palavras nesta audiência. Se nós estamos pedindo, aliás, os povos indígenas e eu estando aqui como CINI, estou com eles e confirmo, nós estamos pedindo que a Secretaria de Educação do Estado de Rondônia coloque

uma equipe que tenha amor, que tenha compreensão, que tenha diálogo, que goste de trabalhar com a questão indígena, que goste de trabalhar com o ribeirinho, que goste de trabalhar com o agricultor, porque compreende o diferente, que traz a riqueza do diferente. Isso é em todas as políticas públicas, a SESAI, é preciso que trabalhe com o diferente, valorize o diferente, porque o educador, o Deputado também é um educador, e esta Casa deve formar o povo brasileiro. Então todos nós que somos educadores, temos que ter atitude e aceitar estarmos aprendendo com o diferente, porque o diferente é que faz a diferença. Trabalhar com o diferente faz você mudar de idéia, faz você mudar de política. Não pode continuar pensando num país acima de uma política colonizadora, acima de uma política Europeia. Mas nós temos que pensar numa política a partir da diversidade cultural que nós temos nesse País. O senhor Deputado me desculpe, mas eu fiquei aqui nervosa, porque é inconcebível para mim, aceitar que no Parlamento Estadual, nós temos ainda, aliás, quem ouviu a manhã toda o que os indígenas dizem, você confirmar que a demarcação das terras indígenas é preciso que volte ao congresso. Isso é ferir os direitos indígenas, isso é ferir a terra, isso é ferir a mãe terra. E no começo da minha fala, a fala do Antenor, colocou aqui nesta manhã rica e de direito que é o povo que veio para esse espaço, o espaço do povo, se o espaço do povo, não é ocupado pelo povo, e se quem está aqui nesta Casa foi eleito pelo povo, tem que respeitar o direito do povo. Porque quando um Parlamento Estadual for eleito por ele mesmo, ele faz a Lei para ele, e mata o povo. Mas quando o povo elege o Parlamento, ele precisa ter o direito respeitado, porque foi para isso que vocês foram colocados nesta Casa, tanto no municipal como no estadual e federal. E dou graças ao Deus da vida, que hoje está aqui também á presença do Ministério Público, e que a mobilização feita neste país, foi uma mobilização para que o Ministério Público tenha vez neste País. A política é tão ingrata, fere tanto os direitos indígenas, que querem tirar até o direito do Ministério Público de se manifestar, de defender esta causa. Então é preciso que nós comecemos a criar vergonha, a política brasileira precisa criar instância e veja os direitos humanos como pessoas humanas. E dizer também que se neste Estado nós temos uma lei nº 578, que é modelo para os outros Estados, com relação à questão indígena, nós precisamos também que este Estado tenha este Parlamento que defende os direitos dos povos indígenas, que defende os direitos dos agricultores, que defende o direito dos ribeirinhos, que pare com essa política de desenvolvimento em cima dos direitos dos territórios indígenas, em cima dos ribeirinhos, em cima dos agricultores. Eu acho que o desenvolvimento é bom, mas que respeite aquilo que é do povo. Tem espaço para tudo e tem desenvolvimento que dá para fazer muito bem sem passar por cima dos territórios tradicionais dos povos indígenas. Então, e outra questão que eu quero deixar aqui. Quando o Parlamento Estadual, o Congresso Nacional começar a discutir as Políticas Públicas a partir do Estatuto dos povos indígenas, que está a vinte anos parado no Congresso, estamos ouvindo a base. São vinte anos que ninguém ouve a base, nós vamos contar nos nossos dedos quais são os Deputados Estaduais, Senadores e Deputados Federais que pensam na base. Deputados Federais nós temos o Padre Tom, e mais um ou dois, para poder entrar lá dentro. Então para quem este Parlamento tem portas abertas? A serviço de quem este Parlamento está? Do Congresso Nacional, a Câmara dos Vereadores, a serviço de quem nós estamos? É preciso pensar, é preciso parar gente, o

ano que vem nós teremos ano político. Então que vão os Deputados Estaduais, Federais e Prefeitos todos, vão ser eleitos por eles mesmos. E não vão mais contar com os votos do povo, porque se esta Casa não é do povo, aqui vai ouvir coisas que fere os direitos do povo... Isso se torna anti-humano, muito anti-humano. Ou trabalhamos com gente, ou continuamos trabalhando com soja, área de soja, com áreas de gado, vendendo gado e fazendo pasto, e deixemos o povo a mercê da sorte, viver até quando puder, e morrer.

Muito obrigada.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Questão de Ordem mais uma vez, Senhor Presidente.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Senhora Emília, eu tenho pautado a minha vida como homem e como político, pela honestidade, e pela justiça. E aqui neste Parlamento eu me destaco exatamente por isso. Tenho sido eleito com voto das pessoas sérias, honestas e de bem do nosso Estado, porque os bandidos não gostam de mim. E não carrego uma bandeira só, eu carrego a bandeira da verdade e da justiça, sempre. Quando eu disse aqui na Tribuna o respeito que eu tenho pelos irmãos indígenas, não é nenhuma demagogia, não é nem uma hipocrisia, e provo isso no dia a dia, na prática da minha vida. Agora, não aceito que a senhora venha aqui dentro do Parlamento, se dizendo defensora das diferenças e querer reprovar uma atitude justa e séria que a gente sempre procurou tomar aqui neste Parlamento. Graças a Deus dona Emília, eu tenho sido um político bastante diferente dos outros, bastante diferente, desses Deputados aqui mesmo desta Casa, que eu tanto condeno. Que chegou numa Sessão Itinerante, em Guajará-Mirim e prometeu aos nossos irmãos indígenas que iria tirar a Secretária de Educação. Nós não temos esse poder, esse aqui é um poder independente, não é Executivo. Quem tira ou coloca Secretário, ou coloca Secretária é o Chefe do Executivo. Nós não podemos em momento nenhum interferir nesta questão, e até nisso enganaram nossos irmãos indígenas. É nisso aí dona Emília que eu sou totalmente diferente, eu não engano ninguém, eu defendo o meu país, eu defendo verdadeiramente...

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Conclua companheiro Deputado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Vou concluir Presidente. Eu defendo verdadeiramente o que é justo, e o que é sério. Não sou homem de uma bandeira só. Tudo o que for justo e sério eu estou ao lado.

Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Vou passar a palavra ao Excelentíssimo senhor doutor Raphael Beviláqua, Procurador da República. Neste ato representando o Ministério Público Federal.

O SR. RAPHAEL BEVILÁQUA – Eu gostaria, eu vou tentar ser breve.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade que esta Casa deu aos indígenas, não a mim, mas aos indígenas de se manifestarem por eles mesmos, de trazerem a sua vontade de serem ouvidos.

Gostaria de enfatizar primeiro o que nos une que nesse momento, é a educação indígena, a causa da educação indígena, os direcionamentos e encaminhamentos trazidos pelos povos indígenas sobre o que eles querem, o que eles procuram, o que eles necessitam nas suas terras, que são os pontos já abordados antes. O Ensino Médio, construção de escolas, o concurso público e o Projeto AÇAÍ. Quanto a isso tem que sair um compromisso desta Casa com os povos indígenas como o Deputado Cláudio já tinha afirmado antes, de cobrar a execução. Em segundo lugar dizer que o que nos desune e nos traz divergências não deve ser algo destrutivo, eu acho que a gente tem que construir em cima disso, eu acho que o Deputado está aberto a ouvir o que os indígenas têm a dizer e eu acho que eles têm que trazer a posição para fazer o convencimento se é uma questão importante. Eu não acho que ele seja um inimigo nosso, mas acho que temos que trazer a posição dos indígenas para que ele possa ouvir, refletir e tomar a decisão. Acredito que temos uma questão muito séria que é questão da demarcação das terras indígenas, e como já foi dito antes, é uma questão fundamental para todos os aspectos da vida das populações indígenas, não só a terra em si, como a educação, a saúde, tudo isso, a reprodução da cultura indígena. É por isso que quando se diz que tem muita terra para pouco índio, na verdade isso não está levando em consideração o modo de vida da população indígena, que é diferente. Não podemos impor um modo de vida, se tem a Raposa Serra do Sol, mas o indígena não pode viver dentro da Raposa Serra do Sol, é culpa do Estado que não fornece as condições para que ele continue vivendo na Raposa Serra do Sol. Ou então, faltam outras condições, mais terras, para que possa reproduzir daquela forma como ele vive. A gente não pode querer, infelizmente, impor um modo de vida único, infelizmente não, felizmente, porque como eu já tinha dito antes, a nossa riqueza é a nossa diferença. Se a nossa riqueza é a nossa diferença, a gente tem que preservar essa diferença, e eu acredito que esse canal de diálogo que foi aberto hoje vai ser mantido. Faço encarecidamente esse pedido que não se feche o canal de diálogo por mais que apareçam divergências, pelo contrário, que se reforce o diálogo porque se a gente tem divergência é porque a gente está precisando conversar. Então que a gente continue conversando para que todas as causas, tudo que é importante para o povo indígena, tudo que o povo indígena pautar seja ouvido, seja levado em consideração e tenha relevância no processo decisório. Não é só isso que se deseja, que se espera, mas como é a nossa obrigação enquanto Poder Público para com o povo, que nós, em tese, estamos aqui para atender.

Obrigado. É só isso.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado Dr. Raphael, Procurador da República.

Quería agradecer ao senhor por estar presente conosco aqui, engrandecer esse evento, não tenho dúvida que a sua presença aqui é fundamental para que continuemos discutindo e avançando nessa luta. Quero cumprimentar e agradecer a D. Emília, que também está participando da Mesa conosco; o Antenor; agradecer a D. Jandira, o Wellington.

Repito, foi numa conversa lá em Ji-Paraná que nós iniciamos a construção desta Audiência Pública. Quero cumprimentar o

vereador Arão lá de Guajará-Mirim; cumprimentar todos vocês aqui da Mesa, todos que fazem parte desta Audiência Pública; companheiro Deputado Ribamar, agradeço pela presença e sou testemunha da forma que o Deputado Ribamar tem participado desta Casa, de todas as Matérias com êxito, com firmeza e sempre defendendo aquilo que acha mais justo. O fato de defender aquilo que a gente acha mais justo às vezes nem é o mais correto, mas é uma maneira que tem de demonstrar que o pensamento... e na nova Constituição Federal que não é mais tão nova, desde 88, a liberdade de expressão, está aberta para qualquer ente e o Deputado tem o direito de livre expressão. Só penso que essa divergência que nasceu aqui; que expôs aqui, eu vejo que não é motivo para que nenhum saia raivoso, nenhuma das partes, muito pelo contrário, nós precisamos conversar e eu falei no meu pronunciamento aqui na Tribuna que conheço um pouco só dessa história das lutas indígenas e passo a conhecer mais quando converso com vocês aqui. Então é nesse entendimento que eu tenho com vocês que passo a começar a conhecer e não tenho dúvida que o que for melhor para vocês o gabinete deste Deputado... procure na Assembleia o Cláudio Carvalho, o Deputado Ribamar também, eu tenho certeza que na medida do possível vai sentar, vai conversar e se possível convergir, mas primeiro se há uma discussão divergente a gente senta para tentar uniformizar. Dr. eu acho que isso é o caminho da democracia e quando o Deputado Ribamar colocou aqui um pensamento dele, e é uma das coisas que está sendo discutida nacionalmente, no Congresso, e se está discutindo e tem tantas pessoas favoráveis e contra não é anormal na Assembleia Legislativa ter pessoas que pensam diferente também. Por isso eu deixo aqui um abraço a cada um de vocês, em especial ao Deputado Ribamar e a todos que participaram desta Audiência Pública por entenderem que é nessas Audiências Públicas que nós vamos fazendo essa discussão para que se tenha êxito. Deixo aqui os meus lamentos, a ausência do Governo do Estado, deixo aqui o meu lamento, eu acho que a FUNAI tinha que ter participado da Mesa, ter colocado as suas dificuldades, isso é natural. Não estamos aqui para condenar ninguém, muito pelo contrário, a Audiência Pública era para ouvir e não tenho dúvida que o poder público hoje perdeu uma grande chance de expor as suas dificuldades e quando perde a chance de se expor, a gente leva em consideração que faltou a boa vontade e nada é pior do que a falta da boa vontade. Por isso agradeço a cada um de vocês. Registro aqui a presença de um grupo de companheiros de Extrema, um Distrito que fica aqui, Dr. Raphael, o senhor deve conhecer, a 350 quilômetros de Porto Velho, ainda pertencendo ao município de Porto Velho. Eles estavam aqui, eu lamento não ter podido participar de uma reunião com o Governador do Estado para tratar essa questão da emancipação, mas deixo aqui um abraço ao José Wilson e a toda turma que entrou aqui e saiu rápido. Um abraço a cada um de vocês.

Invocando a proteção de Deus.....

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Deputado Cláudio, eu queria só, quebrando um pouco o protocolo, agradecer suas palavras e dizer que eu sempre peço a Deus sabedoria para defender sempre o que é justo, e geralmente o que é justo é o que é mais correto. Muitas vezes não é o que significa o legal, apesar de procurar sempre estar dentro da legalidade, mas muitas vezes, repito aqui, a pior coisa é se cumprir lei, muitas vezes, feita por alguém que

não tem compromisso, não tem honestidade e não tem compromisso com a realidade. Mas agradeço a participação de todos, agradeço os meus irmãos indígenas e podem ter certeza, meus irmãos indígenas, vocês têm de mim, sem hipocrisia nenhuma, sempre a minha atenção, o meu carinho, o meu respeito, mas acima de tudo, o tratamento como irmãos brasileiros. Obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense declaro encerrada a presente Audiência Pública, convidando todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre da Assembleia, aqui do lado. Convido todos que estão aí na galeria também para que se assim quiserem, participarem deste coquetel logo aqui do lado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 13 horas e 32 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº2300/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

EXONERAR

JONAS TORQUATO ALMEIDA NETO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, que exerce no Gabinete do Deputado Adelino Follador, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 09 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO PRESIDENTE	ARILDO LOPES DA SILVA SECRETARIO GERAL
---	--

ATO Nº2383/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

NOMEAR

JOSE DE ASSIS BARROSO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-14, no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a partir de 03 de maio de 2013.

Porto Velho, 14 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO PRESIDENTE	ARILDO LOPES DA SILVA SECRETARIO GERAL
---	--

ATO Nº2314/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

NOMEAR

JOSE RODRIGUES ALVES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Adelino Follador, a partir de 03 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO PRESIDENTE	ARILDO LOPES DA SILVA SECRETARIO GERAL
---	--

ATO Nº2457/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

NOMEAR

KEROLYNE GUIMARAES D' ORAZIO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a partir de 03 de maio de 2013.

Porto Velho, 16 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO PRESIDENTE	ARILDO LOPES DA SILVA SECRETARIO GERAL
---	--

ATO Nº2310/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

NOMEAR

MARIA ANTONIA DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Adelino Follador, a partir de 03 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO PRESIDENTE	ARILDO LOPES DA SILVA SECRETARIO GERAL
---	--

ATO Nº2362/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

MARIA APARECIDA SCOLARO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 13 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2311/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

MARIA DA PENHA GASPAR, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Adelino Follador, a partir de 03 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2363/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

MARIA JANETE MONTEIRO DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 13 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2365/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

NELSON DA SILVA PEREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-

01, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 13 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2455/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

E X O N E R A R

NERCI APARECIDA DE MORAIS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, que exerce no Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 16 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2432/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da servidora **NEUSA DA SILVA AMORIM**, para Assistente Técnico, código AST-01, e lotar no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa da Criança, do Adolescente, da Mulher e do Idoso, partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 15 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2441/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

OZIAS DE LIMA HENRIQUE, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no

Gabinete do Deputado Maurão de Carvalho, a partir de 03 de maio de 2013.

Porto Velho, 16 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2329/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

EXONERAR

PAULO HENRIQUE HOFFMANN TEIXEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, que exerce no Gabinete do Deputado Jaques Testoni, a partir de 30 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2297/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

EXONERAR

PETRONIO DE OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, que exerce no Gabinete do Deputado Euclides Maciel, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 09 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO N.º2301/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão do servidor **RAFAEL RIBEIRO BOLDRIN**, Assistente Técnico, para o código AST-15, do Gabinete do Deputado Adelino Follador, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 09 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2278/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

EXONERAR

REGINALDO PEREIRA DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, que exerce no Gabinete do Deputado Euclides Maciel, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 08 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2284/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

EXONERAR

Os Servidores relacionados, do Cargo em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Lebrão, a partir de 30 de maio de 2013.

Nome	Código
ROSA APARECIDA BERNADINO DA SILVA	AP-20
MARCELO FELIX DA SILVA	ASP-14
MICHELLY CRISTINA ALVES BASILIO RODRIGUES	ASP-14
ELIENE DA SILVA SOUZA	ASP-14

Porto Velho, 08 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO N.º2433/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

ALTERAR

A lotação da servidora **SARA ELENA RENGIFO CHAVES LABAJOS**, que exerce o Cargo em Comissão de Assistente Técnico, para o Gabinete do Deputado Marcos Donadon, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 15 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2446/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

SEBASTIAO ALVES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Lebrão, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 16 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2439/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

SERGIO REIS VENTURA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Maurão de Carvalho, a partir de 03 de maio de 2013.

Porto Velho, 16 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2456/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

E X O N E R A R

SUELAINÉ BATISTA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, que exerce no Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 16 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2309/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:
N O M E A R

TALISMAR DO NASCIMENTO PINHEIRO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Adelino Follador, a partir de 03 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2375/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

TAYNA CAMARGO PAULINO DE LIMA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-18, no Gabinete da Comissão Permanente de Organização Administrativa, a partir de 03 de maio de 2013.

Porto Velho, 14 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2280/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

E X O N E R A R

VANIA DE LIMA CARRILHO CARDOSO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, que exerce no Gabinete do Deputado Euclides Maciel, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 08 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2285/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

EXONERAR

WALCIRA SOARES SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 30 de maio de 2013.

Porto Velho, 08 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2365/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

NOMEAR

WESLEY NOGUEIRA DA CONCEIÇÃO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 13 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2279/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

EXONERAR

WESTTER THIAGO OLIVEIRA FERNANDES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, que exerce no Gabinete do Deputado Euclides Maciel, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 08 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2409/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

EXONERAR

ZILMA HENRIQUE DE MEDEIROS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, que exerce no Gabinete do Deputado Marcos Donadon, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 14 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2384/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

NOMEAR

AIRTON HELLMANN, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-13, no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a partir de 03 de maio de 2013.

Porto Velho, 14 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2286/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

EXONERAR

ALESSA HEVELINY FERREIRA FALONE, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, que exerce no Gabinete do Deputado Edson Martins, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 08 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2341/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

ALVARO JOVINO CORREIA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETARIO GERAL

ATO Nº2466/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

ANGELICA CRISTINA NUNES CAMPOS BARROS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-29, no Gabinete da Secretaria Administrativa, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 16 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETARIO GERAL

ATO N.º2469/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

A L T E R A R

A lotação do servidor **ANTONIO MARCOS SOARES SILVA**, que exerce o Cargo em Comissão de Assessor Técnico, para o Departamento de Arquitetura, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 16 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETARIO GERAL

ATO Nº2482/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

ARI DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Valdivino Tucura, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 20 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETARIO GERAL

ATO Nº2473/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

CARLA FRANCIELLE NARDI DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Executivo, código DGS-3, no Gabinete da Presidência, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 16 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETARIO GERAL

ATO Nº2325/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

CHARLES MARCIO ZIMMERMANN, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete da Deputada Glaucione, a partir de 03 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO	ARILDO LOPES DA SILVA
PRESIDENTE	SECRETARIO GERAL

ATO Nº2344/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

CLAUDIO PEREIRA DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETARIO GERAL

ATO Nº2464/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

GEANINE GOMES PINHO REGO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-24, no Gabinete da Advocacia Geral, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 16 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETARIO GERAL

ATO Nº2337/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

DANIELA FEITOSA MONTEIRO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a partir de 03 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETARIO GERAL

ATO Nº2298/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

E X O N E R A R

DIRCEU LOUREIRO MOTTA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, que exerce no Gabinete do Deputado Edson Martins, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 09 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETARIO GERAL

ATO Nº2272/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

DIUANE JANINE DE JESUS SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-02, no Gabinete da Presidência, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 03 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETARIO GERAL

ATO Nº2328/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

E X O N E R A R

DIVINO GOMES DOS SANTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, que exerce no Gabinete do Deputado Adriano Boiadeiro, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETARIO GERAL

ATO Nº2324/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão do Servidor **EDUARDO DA SILVA BEZERRA**, Assistente Parlamentar, para o código ASP-27, e lotar no Gabinete da Presidência, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETARIO GERAL

ATO Nº2462/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

ELAINE DE ALMEIDA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, no Gabinete da Advocacia Geral, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 16 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2382/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

ELDO DE LIMA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a partir de 03 de maio de 2013.

Porto Velho, 14 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO N.º2472/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da servidora **ELIAINE PEREIRA DE CARVALHO**, Assistente Técnico, para o código AST-26, do Gabinete da Presidência, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 16 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2390/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

E X O N E R A R

ELIANE DE FREITAS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 14 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2342/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

ELIAS GUIMARAES DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2463/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

ELIZETE DE ALMEIDA DE SOUSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-09, no Departamento de Logística, a partir de 09 de maio de 2013.

Porto Velho, 16 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2322/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

ESTEFANIA MENDONÇA PROCOPIO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete da 2ª Secretaria – Deputada Glaucione, a partir de 03 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2410/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

D E S T I T U I R

EVA VILMA FERREIRA NUNES, do Cargo de Membro da Comissão para Acompanhamento da Transposição, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 14 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETARIO GERAL

ATO Nº2428/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

FABIANA REGIS GARCIA PEREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-18, no Gabinete do Deputado Marcelino Tenório, a partir de 15 de maio de 2013.

Porto Velho, 15 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETARIO GERAL

ATO Nº2348/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

FABIANE SILVA LANA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETARIO GERAL

ATO Nº2336/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

FATIMA CLECY COLACO VILARIM, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Adriano Boiadeiro, a partir de 03 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETARIO GERAL

ATO Nº2416/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do servidor **FELIPE ALVES DA SILVA**, para Assessor Técnico, código AT-27, do Gabinete da Presidência, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 14 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETARIO GERAL

ATO Nº2465/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

FRANK DIAS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-01, no Departamento de Arquitetura, a partir de 02 de maio de 2013.

Porto Velho, 16 de maio de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETARIO GERAL

SECRETARIA GERAL**ATO Nº 08/2013**
GABINETE DA SECRETARIA GERAL

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, com base no inciso XV do Art. 19 do Ato nº 024/08-MD, em consonância com o que determina o Art. 16 c/c Art. 17, item III da Lei Complementar 326, de 10.11.2005.

R E S O L V E:

Art. 1º - Tornar sem efeito o Ato nº 07/2013, que Suspendeu o expediente externo nos setores Administrativos da Assembleia Legislativa, no período compreendido entre os dias 15 a 19 de julho de 2013.

Este Ato entra em vigor no dia de sua publicação.

Gabinete da Secretaria Geral, 10 de julho de 2013.

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral/ ALE-RO

De acordo:

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente em Exercício- ALE/RO